



Assembleia Municipal

**CASTELO^U
BRANCO**

**Assembleia Municipal
de Castelo Branco**

ATA Nº 8

08 SETEMBRO 2025

Aos 8 dias do mês de setembro de 2025, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pela Primeira Secretária, Ana Sofia Santos Ramos Pereira e pela Segunda-Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Tomada de posse do cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista de candidatos do PS à Assembleia Municipal nas Autárquicas 2021, para preenchimento da vaga ocorrida em sequência do falecimento do membro Carlos Simão Martins Mingacho, 1º Secretário da Mesa.

2. Eleição do 1º Secretário da Mesa.

3. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

4. Intervenções.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1- Appreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Discussão e votação das propostas de “Acordos de Colaboração com as Juntas de

Freguesia para Organização de Eventos”:

2.1. Junta de Freguesia de Malpica do Tejo. Festival José Afonso – 23 e 24 maio 2025 (Proposta n.º 50/2025).

2.2. Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Feira da Bica – 13 e 14 de setembro 2025 (Proposta n.º 51/2025).

2.3. Junta de Freguesia de Castelo Branco. Realização de Eventos:

(Proposta n.º 52/2025).

- Albicestríadas/Montra do Desporto Albicastrense (24, 25 e 31 de maio);
- Prémio Internacional de Poesia António Salvado/Cidade de Castelo Branco – Roiz IV/Jornadas de Música e Poesia (19 e 20 de julho);
- Downhill Urbano de Castelo Branco/Edição 2025 (9 e 10 de agosto);
- Concurso do Vestido de Chita (30 de agosto);
- Dias dos Sinos (8 de novembro); e FESTTI – Festival de Teatro Para Todas as Idade (Mês de Novembro);

2.4. Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Festas em Honra de São João Batista – 23 e 24 junho (Proposta n.º 53/2025).

Ponto 3 - Cidade de Praia – Cabo Verde. Celebração de Acordo de Geminção (Proposta n.º 54/2025)

ADITAMENTO À

CONVOCATÓRIA DA SESSÃO DE 08/09/2025

Ponto 4 - Discussão e votação das propostas de “Acordos de Colaboração com as Juntas de Freguesia”:

4.1. Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras. XXI Convívio de Jovens com 65 anos e mais. (Proposta n.º. 55/2025)

4.2. Junta de Freguesia de Lardosa. Feira do Feijão Frade – Edição 2025. (Proposta n.º. 56/2025)

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Geminção com a Cidade de Nsok Nsomo – Guiné Equatorial”. (Proposta nº. 57/2025)

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castelo Branco”. (Proposta 58/2025)

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

MEMBROS PRESENTES À SESSÃO

Jorge Manuel Vieira Neves, Orlando Almeida Gonçalves Vicente (em substituição de António Augusto Cabral Marques Fernandes), José Alberto Moreira Duarte (em substituição de Carlos Manuel Freire Antunes), Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Maria José Sobreira Rafael, Hélio Pedro Gonçalves Lameiras (em substituição de Francisco Manuel Pombo Lopes), João Filipe Dias Ribeiro, Fernando Micaelo (em substituição de Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida), André Manuel da Silva Bernardino (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Joaquim Cardoso Abrantes (em substituição de Christelle Varanda Domingos), Ana Cristina Marques Lourenço, Joaquim Manuel Faustino, Daniel António Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, José António Afonso Dâmaso, Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, Celeste Nunes Rodrigues, José Carlos Ramos Dé, Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas, António Manuel Varanda Marcelino e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

MEMBROS AUSENTES À SESSÃO

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Francisco Manuel Pombo Lopes, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Christelle Varanda Domingos, João Filipe Tavares Goulão, João Miguel Baltasar.

JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

António Augusto Cabral Marques Fernandes, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Francisco Manuel Pombo Lopes, Paulo Jorge Vaz Ramos Almeida, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, Christelle Varanda Domingos, João Filipe Tavares Goulão, João Miguel Baltasar.

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Tomada de posse do cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista de candidatos do PS à Assembleia Municipal nas Autárquicas 2021, para preenchimento da vaga ocorrida em sequência do falecimento do membro Carlos Simão Martins Mingacho, 1º Secretário da Mesa.

Presidente da Assembleia Municipal

De acordo com o que foi comunicado aos Senhores Deputados, na Ordem de Trabalhos, vamos dar posse ao cidadão imediatamente, a seguir, na ordem da lista do Partido Socialista às autárquicas de 2021, para preenchimento da vaga ocorrida em sequência do falecimento do Senhor Deputado Carlos Simão Martins Mingacho, que era o Primeiro Secretário da Mesa. Nessa perspetiva, chamo o Senhor Deputado Joaquim Faustino, para fazer a leitura do compromisso e a assinatura do termo de posse.

TERMO DE POSSE

--- Aos 8 dias do mês de setembro do 2025, nesta cidade de Castelo Branco e nos Paços do Concelho, onde eu, Jorge Manuel Vieira Neves, Presidente da Assembleia Municipal de Castelo Branco, me encontrava, compareceu, a fim de tomar posse do cargo de membro da Assembleia

Municipal de Castelo Branco, Joaquim Manuel Antunes Faustino, com o Cartão de Cidadão nº. 06663320 6ZY5, em substituição de Carlos Simão Martins Mingacho, falecido.

2. Eleição do 1.º Secretário da Mesa.

Presidente da Assembleia Municipal - Cumprida esta formalidade, passamos seguidamente, à eleição do 1.º Secretário da Mesa. Já temos uma proposta por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, a propor a Presidente da União de Freguesias da Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde, Ana Sofia Santos Ramos Pereira e pergunto à Assembleia se há mais alguma proposta. Não havendo mais nenhuma proposta, vamos proceder à votação por escrutínio secreto.

A Assembleia Municipal, em escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 25 votos a favor, 11 votos em branco e 1 voto nulo, eleger por voto secreto, a Presidente da União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde, Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

3. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

Presidente da Assembleia Municipal

De acordo com o Regimento e com a legislação em vigor, em nome da Mesa e no início da sessão, apresento a todos uma saudação com estima, consideração e formulo o desejo de um bom trabalho para todos.

Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara, as Senhoras e Senhores Vereadores do Executivo Municipal, os Deputados e Deputadas Municipais, Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia do Concelho, os munícipes aqui presentes no Salão Nobre e aqueles que estão connosco remotamente, através das redes sociais. Saudamos ainda os Dirigentes e Funcionários Municipais e também a comunicação social.

Entramos no Período Antes da Ordem do Dia e quanto às substituições justificaram a sua ausência, todos os Deputados que hoje não compareceram.

Do Partido Socialista, Francisco Pombo Lopes, substituído por Élio Lameiras, Nuno Maia, substituído por André Bernardino, Christelle Domingos substituída por Joaquim Abrantes.

No que diz respeito ao Grupo Parlamentar do Sempre-MI, Pedro Crisóstomo, substituído por Orlando Vicente, Paulo Almeida substituído, substituído por Fernando Micaelo.

No Grupo Parlamentar do PSD/CDS-PP/PPM, Carlos Antunes, substituído por José Alberto Duarte.

Faltaram ainda, António Augusto Fernandes, João Filipe Tavares Goulão e João Miguel Teles Baltazar.

Chegamos à última reunião ordinária deste mandato.

Como Presidente da Assembleia Municipal, quero aproveitar este momento inicial para partilhar convosco, numa mensagem de despedida, um breve balanço destes quase quatro anos.

Faço-o agora, porque em termos regimentais pertence à Mesa a responsabilidade da gestão da abertura da Sessão e porque, fundamentalmente, não me parece nada apropriado ter intervenção de substância na Sessão de Tomada de Posse do próximo mandato.

Aí, nessa ocasião, estaremos a abrir a porta do futuro e não faz sentido estar a falar do passado. Os protagonistas serão os autarcas que serão empossados e nunca os que terminam o mandato.

Acresce ainda que pretendo que esta intervenção tenha carácter institucional e não partidário, daí que não faça sentido utilizar o tempo reservado ao Grupo Parlamentar a que pertenço. Aliás, como é do V. conhecimento, nunca intervim nesse período.

Pretendo agora contar com a vossa paciência e compreensão para que aceitem a minha legitimidade para prestar contas do trabalho correspondente ao período autárquico iniciado em 2021, aqui, perante quem me elegeu.

Caros Colegas Deputados Municipais:

Antes de mais, quero agradecer-vos a confiança que depositaram em mim para liderar os trabalhos da Assembleia. Tentei sempre estar à altura da responsabilidade, com dedicação, seriedade e, acima de tudo, com sentido de justiça e de respeito por todos. Fiz o meu melhor para que as decisões tomadas refletissem, com equilíbrio, aquilo que cada um de vós representa: os cidadãos de Castelo Branco. Esforcei-me para ser o Presidente de todos, sempre com o objetivo de dignificar este Órgão, contribuir para o seu bom funcionamento e manter uma atitude tranquila e discreta.

Numa perspetiva concreta de balanço destes quatro anos, gostaria de começar por lembrar que conseguimos dar significativa continuidade à modernização iniciada no mandato anterior. Apostámos na digitalização da Assembleia, desmaterializámos documentos, começámos a automatizar a elaboração de atas com base nos vídeos das sessões, e preparámos o terreno para modernizar a forma como se vota.

De modo sistemático, todas as sessões foram transmitidas em streaming através das redes sociais do Município e do site oficial da Assembleia Municipal, onde se encontra o repositório completo de todos os registos em vídeo. Atualmente, as sessões são traduzidas para linguagem gestual, o que possibilita o acesso à informação aos cidadãos com dificuldades auditivas.

Estas realidades não seriam possíveis sem a vossa imprescindível colaboração; das diferentes bancadas, dos líderes que integraram a Comissão Permanente, e de todos os que quiseram contribuir com sugestões. O vosso envolvimento foi fundamental, para, por exemplo, atingir um marco que me deixa muito orgulhoso – falo da revisão do Regimento.

Este foi um processo participado, verdadeiramente democrático, onde todos puderam dar livremente o seu contributo, sem qualquer condicionamento, e discutir ponto por ponto, até chegar a um consenso, que resultou num Regimento mais claro, mais atual e mais funcional. O documento foi reflexo de aturado trabalho que foi apresentado no tempo previsto.

Outro momento especial, que entendo ser relevante relembrar, foi o projeto piloto da Assembleia Municipal Jovem, que realizámos no dia 23 de abril deste ano. Foi a primeira experiência do género no Concelho, com a participação de alunos das nossas escolas. O objetivo foi o de aproximar os jovens à vida cívica e política, mostrar-lhes como funciona a democracia, e incentivá-los a pensar e debater o futuro.

Acho que conseguimos. Foi um primeiro passo importante, para que outros sigam no futuro.

Finalmente, quero fazer uma breve referência à atividade que decidimos organizar no passado dia “25 de Abril” em que homenageámos os Presidentes da Assembleia do período democrático e apresentámos um documentário vídeo com uma retrospectiva dos anteriores mandatos da Assembleia Municipal, acompanhada de depoimentos de homens e mulheres que recordam tempos e episódios da nossa história coletiva nos últimos 49 anos.

Senhores Deputados

Senhor Presidente da Câmara

Aproveito também para partilhar convosco uma reflexão mais ampla sobre o papel das Assembleias Municipais. Esta opinião é, assumidamente, minha e não se dirige à nossa Assembleia, em particular.

Na teoria, a Assembleia Municipal deveria ser o Órgão mais representativo do poder local. Porém, na prática, não é valorizado como merece. Não tem autonomia, apesar de ter orçamento próprio, o apoio técnico vem da própria Câmara – e todos sabemos das limitações logísticas com que trabalhamos.

Na prática, a atuação do fiscalizador está condicionada à colaboração do fiscalizado. Ora, esta realidade, não faz sentido. E, assim, as Assembleias continuam a ter um papel que classifico como irrelevante, secundarizado e limitado.

Depois a legislação não ajuda, e a verdade é que, até hoje, nunca houve vontade política para mudar. O edifício legislativo do poder local em Portugal é verdadeiramente uma manta de retalhos. Existem três órgãos autárquicos e cada um com a sua especificidade. Todos diferentes.

Nas Freguesias a eleição é feita em lista única, com o primeiro da lista vencedora a ser designado Presidente da Junta. O Executivo e a Assembleia de Freguesia são da escolha aleatória e exclusiva do Presidente que propõe a deliberação da Assembleia.

Na Câmara Municipal, o Órgão Executivo é eleito em lista ordenada, com o membro que encabeça a lista vencedora a ser o Presidente da Câmara. Os restantes eleitos tomam lugar pela ordem da lista.

Na Assembleia Municipal os Grupos Municipais são eleitos diretamente e o Presidente do Órgão é eleito na própria Assembleia, depois de formada.

Em conclusão: 3 órgãos autárquicos cada um com a sua legislação. Esta situação é anacrónica e não tem razão de ser. Alterar este estado não tem interessado a quem governa. É uma pena.

Senhor Presidente

Caros colegas Deputados Municipais

Sou autarca há praticamente 32 anos. Talvez seja, neste momento, o autarca em funções há mais tempo no Concelho.

Passei por muitos cargos, estive 12 anos no Executivo da Câmara, mais 12 na presidência da Junta de Freguesia de Castelo Branco, 4 anos na presidência da Assembleia de Freguesia e, finalmente, os últimos 4 aqui na presidência da Assembleia Municipal. Foram oito mandatos consecutivos. Oito etapas diversificadas, mas todas com o mesmo objetivo: servir Castelo Branco. Tive o privilégio de aprender com muitos colegas ao longo deste caminho.

Neste percurso, tentei sempre colocar essa experiência ao serviço dos outros. Procurei sempre ser coerente, respeitador e fiel às minhas convicções. Levo comigo a consciência tranquila de quem, com seriedade e honestidade, deu o melhor de si. A minha conduta sempre se adequou a um princípio que procurei seguir: ter uma prática positiva de lealdade e de solidariedade, para além de procurar ser parte das soluções e nunca criar problemas.

Quero, no que respeita ao mandato que agora termina, deixar um agradecimento especial aos colegas da Mesa – pelo companheirismo, pela lealdade e pela entajuda.

Lamento muito que o nosso 1º Secretário Carlos Mingacho não tenha tido a possibilidade de chegar connosco ao final do mandato.

Obrigado, Celeste Rodrigues, agradeço a sua solidariedade na qualidade de 2ª Secretária, que com a sua generosidade facilitou muito a missão da Mesa.

Pretendo também deixar a minha gratidão ao Sr. Presidente da Câmara, pelo convite que me dirigiu para ser o 1º candidato à Assembleia Municipal, em 2021 e, com quem mantive um diálogo institucional e respeitoso. Ainda na pessoa do Presidente, agradeço a colaboração dos funcionários e dirigentes municipais.

Após uma reflexão cuidadosa e ponderada, conduzida com sentido de responsabilidade e dedicação ao serviço público, por decisão estritamente pessoal, manifestei indisponibilidade de candidatura às próximas eleições autárquicas.

Entendo que se é importante “saber estar” na política, é igualmente fundamental “saber sair”. A política deve ser encarada como um serviço temporário e limitado, não como uma função vitalícia. O poder é sempre emprestado pelos cidadãos e a renovação é essencial à vitalidade democrática.

Exmo. Sr. Presidente e Vereadores

Colegas Deputados Municipais

Minhas senhoras e meus senhores

Permitam-me, para finalizar, uma nota mais pessoal.

Quero agora agradecer à minha família. Foram eles o meu verdadeiro pilar. À minha mulher, pelo apoio seguro em todos os momentos difíceis; aos meus filhos, pela paciência nas minhas ausências; e aos meus pais, pela educação e os valores que me deixaram. Sem eles, não teria sido possível chegar aqui.

Agora vou descansar. Este período vai ser propício para enfrentar novos desafios, dedicar tempo à família, acompanhar o crescimento dos netos, retomar projetos anteriormente adiados e considerar iniciativas ainda não exploradas, que possam vir a surgir.

Em suma, é tempo de, pessoalmente, colocar em prática as palavras de Saramago: “É preciso sair da ilha para ver a ilha. Não nos vemos se não sairmos de nós.”

Obrigado.

Foi uma honra, uma grande honra, ter feito parte deste caminho convosco.

Comunico agora à Assembleia Municipal que deu entrada um Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Mingacho, subscrito pela Mesa ; uma Moção de Apoio ao Executivo na realização do projeto do novo Hotel, no Largo do Município, cujo primeiro subscritor e único é o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Dias Pires e, ainda, um Voto de Louvor relativamente, ao combate do incêndio rural que deflagrou no nosso Concelho, no dia 18 de Agosto de 2025, subscrito também pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Dias Pires.

No decorrer das intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia, os respetivos subscritores, se assim o entenderem, podem fazer a sua defesa.

Como o Voto de Pesar é subscrito pela Mesa, por mim, e pela D. Celeste Rodrigues vou ler rapidamente o voto de pesar:

“A Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida em Sessão Ordinária, do dia 8 de setembro, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Carlos Simão Martins Mingacho, ocorrido no passado dia 5 de julho.

Carlos Mingacho distinguiu-se como 1º. Secretário, desta Assembleia, cargo que desempenhava ininterruptamente há 20 anos, sendo amplamente reconhecido pelo seu contributo para com a comunidade, o seu espírito solidário e o seu empenho cívico.

A sua dedicação à causa pública e aos valores de justiça e, proximidade, deixam uma marca duradoura na vida do nosso Concelho.

Neste momento de dor, a Assembleia Municipal de Castelo Branco expressa à família enlutada e aos amigos as mais sentidas condolências, associando-se ao luto de todos quantos sentem a sua partida.

Que a memória do Carlos Mingacho perdure como exemplo de entrega, humanidade e serviço ao bem comum.”

4. Intervenções:

Ernesto Candeias Martins (MPT)

Quero aqui dar aqui um voto de agradecimento, sei que vem na sequência da proposta que está na mesa, a todos aqueles que combateram os incêndios, os anónimos, mas todas as forças e Agentes da Proteção Civil, mas, sobretudo, uma solidariedade por todos aqueles que no nosso Concelho, as famílias, proprietários e empresas que foram atingidos por este flagelo dos incêndios nos últimos meses.

Senhor Presidente da Câmara, é precisamente neste sentido e neste verão impressionante de vaga de incêndios florestais na nossa região, que consumiu muitos hectares de floresta, destruiu pastagens, terrenos e explorações agrícolas, casas, equipamentos, património ambiental e paisagens no nosso Concelho e nos Concelhos vizinhos e que vitimou pessoas.

As ocorrências avassaladoras dos fogos florestais ocorridos, questionam as medidas de prevenção, os meios e as estratégias de combate, parecendo que se revelaram insuficientes, uma vez mais, devido a causas não estruturantes que estão na origem dos incêndios desta dimensão que nos identifica como uma região do Interior que desde 2017, 2022 e não nos esquecemos do relatório da Comissão Técnica Independente que em 2017, fez um trabalho exaustivo, com recomendações associadas a estudos e análises e propostas do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra os Incêndios e que ficou no papel sem que os Municípios mas, sobretudo, o país, tenha acatado muitas dessas medidas.

Se no ano de 2017, Santo André das Tojeiras e o Louriçal tiveram uma percentagem em termos de área florestal bastante grande, hoje, em 2025, ainda foi maior. E se recordámos, no caso da Serra da Gardunha, da qual, tenho uma estima muito especial, a Serra da Gardunha apresenta-se também com uma área protegida num total de 10.507 hectares e hoje, mais de metade está avassalada com uma taxa de incidência destruída. E é nesse sentido que sabemos que a causa e a origem dos incêndios, deve-se à mão humana, merecedora das respetivas medidas penais, mas a gravidade dos incêndios também se deve a condições meteorológicas, alterações climáticas, à acumulação de combustível e à ocupação desordenada do território.

Lembro aqui que no Dia Mundial da Água, comemorado a 22 de março de 2022, a Diretora Executiva do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, a Senhora Inger Andersson, disse e muito bem, que as alterações climáticas, a perda da biodiversidade, a poluição e o desperdício são as causas daquilo que vai acontecer nas próximas décadas. E tudo isso porque a relação entre o ordenamento do nosso território, o uso do solo, a vulnerabilidade ao fogo, alertam para vários aspetos que devemos estar atentos. Há cenários estruturais que precisam de ser invertidos. A

política agrícola comum da União Europeia teve consequências, que foi o abandono da pequena e média atividade...

Eu queria, se me permite, perguntar ao Senhor Presidente se já fez uma análise célere do ocorrido dos incêndios no Concelho e se decorreu com a implementação do seu Plano de Emergência Municipal? E se já se sabe, se vai nomear uma comissão de análise da área ardida e respetiva percentagem, no âmbito, total da floresta do nosso Concelho e das Freguesias mais atingidas, assim como os danos e os bens consumidos?

Sei que está a decorrer essa análise, gostava que especificasse mais aprofundadamente isso e as medidas de prevenção que devemos ter para o futuro no nosso território.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Não posso deixar de fazer este comentário. Notamos que estamos na última Assembleia, ordinária, tivemos muitas substituições, parece que, como estamos no final do campeonato parece que já está decidido e começamos a pôr alguns substitutos a jogar.

Acho que será também o momento ideal para referir que esta foi a minha primeira experiência como político na Assembleia Municipal e a manifesta falta de condições que temos para exercer o nosso mandato. Recordo que não temos sequer uma mesa e já disse isto aqui várias vezes para colocarmos todas as coisas, temos no colo. Não temos sequer uma sala para cada Grupo Municipal ou um gabinete para podermos reunir. Temos a função de fiscalizar o Executivo Municipal, mas não temos nenhuns recursos. Há algumas Assembleias que têm condições muito melhores do que a nossa e de concelhos muito mais pequenos. Se calhar também é o facto de estarmos há mais de duas décadas, tirando este mandato, com uma maioria absoluta de um só partido, que de certa forma, a Democracia vai ficando um bocado escondida debaixo da gaveta. E esta Democracia participativa também devido à hora em que estas reuniões se realizam, quem está na vida ativa às 10 horas de uma segunda-feira, não pode vir a estas sessões de Assembleias Municipais, seria muito útil depois do horário laboral para ter mais participação, volto a frisar que

é para conseguirmos fiscalizar e fazermos, efetivamente, um trabalho digno em prol dos nossos cidadãos, devíamos ter condições que não temos nesta Assembleia Municipal.

Em segundo lugar, já estamos em campanha eleitoral, também queria levantar aqui uma situação que é o facto, deste Executivo Municipal, estar a utilizar recursos da Câmara Municipal para fazer campanha eleitoral e refiro-me a duas situações, em concreto. Temos assistido nas redes sociais e fotografias a dar envelopes a “torto e a direito”, coisa que não acontecia ao longo do mandato, agora acontece, todos os dias temos uma publicação, mais um “envelope” para aqui e mais um “envelope” para ali. Ainda bem que se dá dinheiro, mas só acontece em campanha eleitoral. E depois é termos outdoors espalhados pela cidade a dizer “aqui vai nascer, “aqui vai nascer um multiusos”, “aqui vai nascer um hospital”, coisas que não se fizeram, mas que estão a utilizar recursos da Câmara. É curioso, alguns outdoors surgiram há 73 dias, antes das eleições, porque se fossem 72, realmente já estavam fora da lei.

Outra questão que gostava de levantar, é o facto de também nas redes sociais as pessoas fazem comentários, algumas já são candidatas e outras têm algumas funções, seja na Câmara Municipal, ou em outros organismos. Em que condições é que estão a fazer esses comentários, se estão a comentar o que o candidato diz, põem um comentário em nome próprio a ofender esse candidato ou a dizer que ele está maluco, têm que dizer em que condição o estão a fazer, se estão a fazê-lo como pessoas que trabalham na Câmara Municipal, ou em algum organismo público ou como candidatos. Acho que isto é muito importante.

Depois temos também outra questão que deve ter sido a primeira vez que aconteceu, refiro-me à Junta de Freguesia de Castelo Branco que reagiu a um vídeo de um candidato autárquico. Acho que é a única Junta de Freguesia do nosso Concelho que não tem na porta afixado o horário de funcionamento e o número de telemóvel para se contactar. É a única. Todas as outras do Concelho têm horário de funcionamento e três números de telefone disponíveis para se ligar, e só fiz referência a isso e fizeram logo um comunicado a insultar-me, com referências à minha vida

peçoal e à vida peçoal da minha mulher, ou da mãe dos meus filhos. Legalmente, é assim, sou solteiro e quanto à mãe dos meus filhos, acho que é uma falta de respeito tremenda.

Para terminar, gostava de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara.

Muito se falou aqui e vai ser apresentado um voto de louvor. O Plano de Emergência e Proteção Civil, há quanto tempo foi feito e se foi, alguma vez testado? Foi feito para incêndios, mas e para outros fenómenos? Obrigado.

Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/MPT)

Queria fazer um balanço destes quatro anos da governação e, simultaneamente, poder partilhar convosco algumas reflexões, da minha leitura, em traços gerais, daquilo que aconteceu nestes quatro anos.

É bem sabido que em 2021, tivemos eleições autárquicas e o Partido Socialista venceu essas eleições, mas com uma particularidade, venceu sem maioria absoluta, ou seja, o Partido Socialista não dependia só de si para governar. Mas, a verdade é que ao longo destes quatro anos, teve todas as condições para poder executar o seu programa e cumprir com tranquilidade o seu mandato. Teve os seus orçamentos aprovados e logo no início do mandato, o Senhor Presidente da Câmara quis alterar a estrutura orgânica da Câmara Municipal, ou seja, alterar a forma como a Câmara Municipal estava organizada, de uma forma que ele entendia ser mais eficiente para poder dar seguimento ao programa e às promessas que assumiu em 2021. Também essa estrutura orgânica foi aprovada e, perguntamo-nos, ao final destes quatro anos, como é que avaliamos esta governação? E quero partilhar convosco, entendo que esta governação correu mal, o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco não governou bem e não apresentou resultados. E a responsabilidade desta má governação é exclusivamente sua, porque teve todas as condições para governar como entendeu.

Foi um mandato marcado por promessas não cumpridas. O novo impulso que Leopoldo Rodrigues prometeu em 2021, não passou de uma ilusão e de promessas por cumprir.

Prometeu 250 casas reabilitadas na zona histórica, 250 novas famílias e empresas na zona histórica. Quantas casas foram reabilitadas ao longo destes quatro anos? Zero.

Prometeu 500 empregos e 50 empresas também na zona histórica. Prometeu, mas não cumpriu.

Prometeu 100 casas de renda acessível por ano. Já deveríamos ter 400 casas. E perguntamos quantas casas de renda acessível, o Presidente Leopoldo Rodrigues conseguiu fazer nestes quatro anos? Zero.

A Barragem do Barbaído, outro investimento prioritário que prometeu há quatro anos. Prometeu, mas não cumpriu.

Os exemplos são muitos, muitas promessas foram feitas e não foram cumpridas. E a estratégia agora, nestas eleições autárquicas é simples, é uma estratégia de apresentar as obras do dia a dia, a troca do relvado dos campos de futebol, o arranjo do passeio, o arranjo da rua, ou seja, só há para apresentar o básico, as obras do dia a dia.

O Senhor Presidente contenta-se com pouco, não tem ambição e depois lança, como vimos, ao longo das últimas semanas, obras a torto e a direito. Anuncia que todas as obras vão arrancar para poder ir para os comícios do Partido Socialista dizer que está tudo em andamento. Na maior parte dos casos, só lá está mesmo o placar, nem pessoas a trabalhar vemos.

Mas, quero dizer aos albicastrenses que há uma coisa ainda pior do que não fazer, é fazer mal, destruir o nosso património e destruir a nossa credibilidade. É importante que as pessoas saibam e que pensem bem nos resultados destes quatro anos de governação. Nós tivemos neste mandato três anos consecutivos de contas negativas.

O Presidente da Câmara Municipal destruiu o património da Câmara Municipal de Castelo Branco, não soube governar bem.

Nós tivemos o mais baixo investimento do século no nosso Concelho. Houve um absoluto desinvestimento nas freguesias.

Nós perdemos a oportunidade de atrair muitos milhões de euros em Fundos Europeus para o Concelho de Castelo Branco, foram 4 milhões de euros perdidos na requalificação da Escola Amato Lusitano. Foram 2 milhões de euros perdidos com os bairros digitais, 21 milhões de euros perdidos com a habitação e há muitos outros exemplos, ouçam bem isto, mais de 40 milhões de euros que a Câmara Municipal de Castelo Branco não conseguiu captar para Castelo Branco, para a nossa economia local, as nossas empresas e para as nossas famílias. É mau demais. E, depois houve, como já vos disse, uma aposta na propaganda em vez dos projetos reais. No fundo, a realidade de hoje, transformou a ilusão de Leopoldo Rodrigues numa absoluta desilusão. E a maior prova desta má governação, é mesmo a lista do Partido Socialista à Câmara Municipal de Castelo Branco. O Partido Socialista despediu os dois Vereadores que tinha na Câmara Municipal de Castelo Branco, afastou-os, estão despedidos, mesmo. Houve dois Vereadores que foram afastados e creio mesmo, que só não afastaram o Presidente da Câmara Municipal porque é o Presidente da Concelhia do Partido Socialista, mas já há, até quem diga que tentaram. E, pergunto, às pessoas e peço às pessoas que façam esta pergunta a si mesmas, como é que podemos confiar num Presidente da Câmara Municipal que há quatro anos nos prometeu muito e não cumpriu nada? Há quatro anos, o Presidente da Câmara Municipal, Leopoldo Rodrigues, disse, esta é a equipa que apresento aos albicastrenses e que vai dar um novo impulso ao Concelho, votem em mim, votem no Partido Socialista. E esse impulso nós não o vimos.

Há quatro anos, disse, este é o programa que vai transformar Castelo Branco, vai dar um novo impulso a Castelo Branco e, passados quatro anos, as promessas não foram cumpridas.

Nós não podemos acreditar em Leopoldo Rodrigues porque repete-nos agora, desta vez é que é, agora é que vou executar este programa, afinal esta equipa é que é boa. Já ninguém acredita e eu vi por estes dias uma frase muito certa, creio que foi no Facebook sobre estes comportamentos das últimas semanas, do Senhor Presidente e que vou citar “um Presidente que faz por proveito próprio, por proximidade das eleições, ou por apeto de popularidade, não é um Presidente de confiança”.

Mas, quero também dizer aos albicastrenses que não estamos conformados com esta realidade, nem estamos com o nosso destino traçado, vamos ter, dentro de pouco mais de um mês, a oportunidade de transformar Castelo Branco, através do voto nas eleições autárquicas.

Quero dizer às pessoas que acreditamos muito em Castelo Branco, muito no potencial de Castelo Branco e quero pedir às pessoas que acreditem connosco, que transportem essa sua ambição através do voto no dia 12 de outubro e que possam apostar e confiar numa mudança, numa mudança segura, numa mudança de confiança, com experiência e com o programa que vai transformar Castelo Branco.

Tenho ainda algum tempo para dizer aquilo que poderia ter dito também no início, cumprimentando e felicitando o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pela condução dos trabalhos ao longo destes quatro anos e no cumprimento que lhe faço a si, estendo evidentemente à Mesa da Assembleia e, mais do que isso, também às equipas que dão apoio aos nossos trabalhos, está aqui a Eliane, que felicito e que conheço já há muitos anos.

Quero também cumprimentar e felicitar todos os Deputados à Assembleia Municipal de Castelo Branco e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesia, estou convencido que alguns continuarão a encontrar-se aqui, no próximo mandato, mas muitos também vão sair e quero cumprimentá-los e deixar-lhes uma palavra pessoal de gratidão pelo tempo que partilhámos nestes quatro anos e agradecer também todo o trabalho que empenhamos a bem do

interesse público. Eu estou convencido que todos procuramos dar o melhor de nós ao serviço de Castelo Branco. Um abraço a todos. Obrigado.

Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS)

Pedido de Esclarecimento - Eu queria colocar uma questão ao Deputado Miguel Barroso.

Estamos mesmo em período de campanha eleitoral pelos vistos, já que vem aqui pronunciar-se sobre a lista do Partido Socialista a estas eleições. Eu quero perguntar-lhe, se está a falar em nome do PSD, da bancada do PSD, ou em nome da coligação do PSD com o Sempre.

É que falar aqui dos elementos da lista do Partido Socialista, quando o PSD acabou por receber o abraço do Movimento Sempre, neste período, enquanto Deputado do PSD, não me parece assim muito correto.

Armando Lopes Ramalho (Sempre-MI)

Senhor Presidente, ao longo do nosso mandato nesta Assembleia, por diversas vezes alertámos para as promessas que empenhadamente fez aos albicastrenses aquando da campanha às eleições autárquicas de 2021. Entendemos que a política se faz de confiança, vamos recordar algumas das promessas não cumpridas.

- Construir a Barragem do Barbaído;
- Recuperar as principais linhas de água do Concelho;
- Implementação da Internet em todo o Concelho;
- Investimento da Câmara Municipal em Energias Renováveis;
- Concluir a requalificação urbana dos bairros do Valongo, Carapalha e outros;
- Reabilitação do Estádio do Valongo.;
- Construção do Parque TIR;

- Criar Área de Localização Empresarial na Feiteira;
 - Construir uma zona de lazer na Barragem de Santa Águeda;
 - Construção do Complexo Funerário de São Marcos em Castelo Branco.;
 - Requalificação e beneficiação do Parque de Campismo de Castelo Branco;
 - Criar o Conselho Municipal Consultivo para o Património e Cultura;
 - Criar uma rede de residências artísticas;
 - Dinamizar a Rede de Museus do Concelho;
 - Criar um Museu Académico;
 - Criar um Centro de Interpretação do queijo em Alcains;
 - Reabilitar a Zona Histórica do Castelo;
 - Implementar uma verdadeira política concelhia para o desporto;
 - Criar a Carta Municipal do Desporto, como foi sugerido numa Assembleia pela Senhora Deputada Municipal, Carla Massano;
 - Construção das bancadas da Pista de Atletismo e construção de pavilhão na zona de Lazer de Castelo Branco;
 - Criar uma Unidade de Reabilitação no Concelho de Castelo Branco;
 - Construir Ecopista Cebolais /Retaxo e Castelo Branco/Alcains;
- Estas promessas são suas, Senhor Presidente.
- Qual ou quais, os motivos pelos quais não cumpriu?

São tantas as promessas não cumpridas que, nas próximas eleições autárquicas, poderia apresentar-se a sufrágio com o mesmo Programa Eleitoral, alterando talvez apenas o mote de “Gente que faz Gente de confiança” para “agora é que é”.

Referi em setembro de 2024 que na política estamos habituados que os Dirigentes da irrelevância à sua ação através de operações simbólicas, como seja o lançamento da primeira pedra de uma obra que seja considerado relevante.

No dia 20 de junho de 2024, o Senhor Presidente da Câmara inaugurou uma nova forma de fazer política mais consentânea com ação do Executivo que dirige, o lançamento da primeira página do estudo, que necessariamente terá que proceder à requalificação urbana da zona do Castelo. Referiu isso o ano passado.

Recentemente, aparentemente, já numa operação de pré-campanha, o Senhor Presidente voltou a surpreender os Albicastrenses de um dia para o outro, construiu, entre aspas, um pavilhão multiusos dotado de estacionamento na rotunda, junto ao Parque do Barrocal. Esta parece ser a forma adotada pelo senhor Presidente da Câmara de Castelo Branco para fazer obra e tem as suas vantagens. Não causa incómodos para os Munícipes, responde a todas as exigências, cumpre com todos os Regulamentos e é de rápida execução, com custos de construção reduzidos e acresce com a baixa manutenção. Facilmente, atingirá o limite de vida expectável, pena é que no Pavilhão Multiusos do Senhor Presidente da Câmara apenas possam ter lugar múltiplas atividades virtuais e corremos o risco de nos tornarmos um Município, meramente, virtual.

Pena é que o Executivo Socialista não colocasse essa habilidade na virtualização do negócio do comércio tradicional que estava previsto no projeto dos Bairros Digitais.

Senhor Presidente, consideramos que “gente que não o faz, gente que não cumpre, não merece confiança”. Obrigado.

José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)

Prometo que não vou fazer um comício pré-eleitoral na minha intervenção.

Senhor Presidente, permita-me que comece, através da sua pessoa, por fazer um agradecimento especial a todos e a todas os que como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, cujo trabalho, nestes quatro anos, saúdo e agradeço, desde já, a todos os que fomos desafiados a participar num exercício de cidadania, no qual, nos devemos muito orgulhar.

Há quatro anos, fomos eleitos para com as nossas legítimas diferenças, representar nessa conjunção todos os albicastrenses, passamos desde então, a fazer parte de um Órgão Autárquico onde, antes de tudo, se deve refletir, projetar e promover a proximidade com a comunidade e ter como reflexo disso, o conhecimento dos seus problemas, necessidades e anseios, para que como a função obriga, contribuamos para os procurar, resolver, satisfazer e realizar.

O Grupo Municipal do PS, tudo fez para estar sempre muito próximo dos albicastrenses. Ouviu, debateu, refletiu, conjugou, viu e agiu, acompanhando ou participando nos projetos, programas e atividades de intervenção comunitária promovidos no nosso Concelho, onde as pessoas foram sempre a prioridade, nestes quatro anos, sempre conjugados com o Executivo Municipal, procuramos com propostas e ação, sem descurar os restantes grupos etários, dar especial atenção às crianças, aos jovens e aos idosos enquadrados nos respetivos grupos familiares, para que o essencial das propostas e das ações a promover, se centrasse em todos eles e tivessem como referenciais a promoção do bem estar comunitário e do apoio à resolução de situações de dificuldades agravadas a partir da pandemia e acentuadas pela conjuntura nacional e internacional, especialmente pela retomada desvalorização do Interior, recheada demasiadas vezes, infelizmente, de populismos exacerbados e de xenofobia inaceitável.

No Grupo Municipal do PS, quisemos e conseguimos que o nosso discurso almofadado por compromissos cumpridos, correspondesse à nossa ação nunca encostada ou respaldada por estratégias pessoais ou interesses particulares. Tentamos, com a nossa frequente presença, contrariar a baixa percentagem da participação em proximidade dos representantes da

comunidade albicastrense, eleitos para esta Assembleia, nas atividades com implicação comunitária, desenvolvidas pelas estruturas associativas ou institucionais do Concelho, entre outras, nas áreas de intervenção e apoio social, na educação para a cidadania, cultura, memória patrimonial e desporto.

Procuramos sempre através da prática, para nós indispensável, de para além das críticas, absolutamente, necessárias para o crescimento e melhoria da ação “gostar de gostar”.

O mesmo é dizer, dar visibilidade ao imenso trabalho associativo e mostrá-lo à comunidade, contribuindo assim para a promoção regional, nacional e internacional dos valores culturais, comunitários, individuais e coletivos, contrariando o permanente não gostar de quem é incapaz de colorir o cinzentismo da sua vida e de reconhecer o que de bom e de bem se faz, mesmo que não seja fruto da sua iniciativa.

Senhor Presidente, na verdade, o “gostar de gostar” é um ato de humildade, de reconhecimento das limitações de quem gosta e de aceitação das qualidades do que ou de quem é gostado. Esta humildade ajuda-nos a crescer e, dessa forma, tantas vezes infrutífera, combater as ignorâncias iluminadas ou, pior, desmascarar as asneiras luminosas.

Conhecer, debater de forma franca e aberta para agir com fundamento e sustentabilidade, foram, são e serão para nós os princípios que devem marcar as nossas ideias. A construção de um roteiro efetivo, baseado nos contributos que nos chegaram através das forças vivas da comunidade, associações de bairro, associações culturais, recreativas, desportivas e profissionais e organizações públicas e privadas. Foi isso que fizemos por ser um coletivo com capacidade crítica. O Grupo Municipal do PS quis sempre perceber no passado, quais foram os acertos que deveríamos manter e aprofundar para saber no presente como encarar os grandes desafios e aproveitar todas as potencialidades comunitárias que pudessem contribuir para enfrentar as principais dificuldades, correndo o risco de não ser totalmente sucedidos, como algumas vezes, felizmente, poucas, aconteceu.

Apesar disso, procuramos sempre agir apenas depois de saber para quem, o que e como fazer e ter uma visão estratégica fundamentada que, através de um conhecimento efetivo do território físico e social, nos ajudasse a agir. Contudo, importa não esquecer a principal entropia geradora de um calendário que, à partida, não seria previsível neste mandato. Infeliz e incompreensivelmente para nós e para o Executivo Municipal, o ponto de partida para uma ação sustentada não teve o suporte indispensável da partilha de informação a que se deve obrigar quem sabe, a funções.

Senhor Presidente, no PS e, especificamente, neste Grupo Municipal, sabemos que sozinhos todos somos incompletos, que só se sabe quem conhece e só conhece quem quer ser e é mais um de todos nós. Assim fomos, assim somos e assim seremos, porque a proximidade e o conhecimento, foram as duas palavras que, com orgulho, resumem o que fizemos e fizemos. Estar próximo para saber porquê, conhecer para saber como.

Um agradecimento final a todos os que nesta Assembleia Municipal possibilitaram o espírito e prática democrática que, com as diferenças naturais e legítimas, quase sempre existiu nesta Assembleia Municipal.

Maria da Conceição Pereira (CHEGA)

Mais um ano escolar que se está a aproximar e os problemas continuam os mesmos, quer físicos quer humanos.

As escolas continuam degradadas, estores partidos, portas que não se fecham, chão degradado, entre outros. São os funcionários das escolas que fazem o possível e o impossível por terem uma escola, minimamente, apresentável para a chegada dos alunos. São eles que tomam conta dos meninos, são eles que limpam e até fazem trabalhos que não são da sua competência, como, por exemplo, pintam a escola, arranjam os pátios, etc.

Todos estes trabalhos deviam ser da competência da Câmara e não dos funcionários que fazem aquilo que lhes compete e o que não lhes compete, ganhando assim, o ordenado mínimo e alguns nem isso ganham.

Se há dinheiro para festas e outras coisas para iludir o povo, também devia haver pelo menos um funcionário da Câmara para tratar destes problemas que são grandes, no dia a dia, que surgem nas escolas que também se vão degradando porque nada é eterno. E quando digo nada, é eterno, é mesmo nada. Obrigado.

Maria José Sobreira Rafael (Sempre-MI)

Durante os quatro anos de mandato do Senhor Presidente, houve temas que vieram a esta Assembleia algumas vezes, para não dizer várias vezes, pelo Grupo Municipal Sempre-MI. Não quisemos deixar no esquecimento algumas promessas feitas em campanha eleitoral. É o caso da habitação interligada com a requalificação do centro histórico, uma vez que prometeu reabilitar 250 habitações, bem como, atrair 250 novas famílias e jovens, escadas rolantes de acesso ao centro histórico, desenvolvimento do turismo, comércio e restauração.

Não nos parece que haja requalificação da Capela de Santa Maria, do Centro de Interpretação Mestre Templário Pedro Álvares Alvito, do Centro de Acolhimento ao Peregrino e da Escola de Chefs, sejam suficientes para promover a atratividade do espaço e gerar o necessário movimento de pessoas, gerando desenvolvimento da economia.

Relembro algumas das Assembleias em que este assunto foi trazido pelo Sempre-MI como pano de fundo. Assembleias de 21 de dezembro de 2023; 27 de fevereiro de 2024; 29 de abril de 2024 e 30 de junho de 2025.

Quatro anos passaram, quatro anos de promessas repetidas que serviram de bandeira à campanha eleitoral, mas não cumpridas. É tempo de dizer a verdade aos albicastrenses, prometeu reabilitar 250 habitações, mas as casas continuam devolutas, degradadas e sem resposta, sendo

rasgada a criação de um verdadeiro plano de habitação pública e social, aproveitando os fundos do PRR.

A Estratégia Local de Habitação de Castelo Branco foi aprovada nesta Assembleia, na Sessão de 6 de novembro de 2023, dois anos depois de tomar posse. E o que temos? Um prédio no início da sua construção, meio parado, meio a construir-se e, portanto, não feito.

A 16 de novembro, o Semanário Reconquista refere a construção de 149 fogos, muito aquém das 250 habitações. E na zona do Castelo? O problema da habitação mantém-se e a dificuldade em fixar pessoas no Concelho.

Sim, Senhor Presidente, prometeu atrair 250 novas famílias e jovens.

Como já disse numa intervenção anterior e volto a repetir, o PRR trouxe fundos históricos para a habitação. Nunca houve tantos recursos disponíveis. As verbas existem, os programas estão disponíveis, mas não foram feitos.

Senhor Presidente, não estamos a falar de pequenas falhas, estamos a falar de promessas centrais de uma campanha eleitoral apresentada como bandeira de mudança e nenhuma delas foi cumprida. Não basta dizer que tentou ou que houve dificuldades, os cidadãos de Castelo Branco não podem viver de desculpas, precisam de resultados. Este mandato fica marcado por um vazio de concretização e promessas que não saíram do papel.

Castelo Branco merece mais.

Faltou liderança com visão e com capacidade de cumprir.

Daniel António Guerreiro Almeida (PS)

Antes de começar a minha intervenção, quero fazer aqui uma palavra de agradecimento ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, como dirigiu todos os nossos trabalhos e a forma que é um facto, de como modernizou, tornou a nossa Assembleia Municipal mais transparente e mais

próxima dos cidadãos que nós representamos. Por isso, muito obrigado, é uma boa prática e uma boa prática que deverá ser aplicada em todos os Municípios em Portugal.

Chegamos a esta nossa última Assembleia Municipal, o meu primeiro mandato que pertenci e é com um grande sentido de responsabilidade e com orgulho do trabalho feito que me dirijo a todos vós, porque “Roma não se faz em apenas um dia”, e porque, ao contrário do que muitos quiseram fazer crer, este foi um mandato de obra, de entrega e de resultados concretos.

Disseram-nos que faltava rumo, mas o que se vê hoje, em Castelo Branco, é precisamente o contrário, há direção e obra feita, apesar de todas as dificuldades e de um Executivo reduzido.

Na Economia não ficamos à espera de que a iniciativa viesse de fora, vamos abrir um novo Centro de Empresas Inovadoras e ampliamos o Aeródromo Municipal.

Na Saúde, onde havia promessas adiadas, entregamos respostas concretas com um novo Centro de Saúde, em Alcains, e ainda com um outro Centro de Saúde no centro da cidade, que coloca a proximidade e a dignidade no centro dos cuidados.

Na Educação, investimos desde o primeiro momento, até à formação avançada, uma nova creche que apoia as famílias, escolas requalificadas nas freguesias e uma Escola de Chefs que liga o talento dos jovens ao crescimento económico num setor específico, tão pouco explorado em Castelo Branco.

Na Habitação, estamos a devolver esperança à classe média e aos jovens, com um prédio com rendas acessíveis, que demora a construir, mas que está a ser construído e casas recuperadas no coração da cidade. Mostramos assim, que Castelo Branco poderá vir a ser um grande lugar para novamente viver e planear toda a nossa vida.

No Desporto e no Associativismo, a comunidade ganhou músculo, novos relvados, pavilhões requalificados, pista de atletismo e centros de apoio. No espaço público a cidade transformou-se também, das entradas de Castelo Branco ao coração da Defesa, da envolvente do CCCCBB aos

bairros, das rotundas às praças, fizemos da nossa terra um lugar mais bonito, mais vivo e mais atrativo. Esta é a diferença entre quem apenas fala e quem faz. Não vendemos ilusões. Construámos a realidade. Este é o retrato de um mandato que se propõe renovar, o mandato para continuar a obra e a visão de um futuro melhor.

Economia, Cultura, Saúde, Habitação, do outro lado, o que é que nós tivemos? Tivemos quatro anos de oposição pelo negativo, quatro anos do bota-abaixo, quatro anos de interferência, quatro anos em que o Sempre Movimento Independente se especializou em dizer mal, em insinuar, em atacar, mas nunca em propor de forma séria. O mais grave não foi essa crítica vazia. O mais grave é o que vemos hoje, depois de anos a criticar algumas figuras como símbolos do que estava errado, o PSD alia-se precisamente a eles, aqueles que chamaram de incompetentes, que acusaram de acumulação de cargos, que destabilizaram em praça pública e hoje estão de mão dadas. Poderão fazer uma retrospectiva histórica e até mesmo perguntar afinal, quem mentiu? Aqueles que hoje, criticam quem ontem, apoiaram ou aqueles que hoje, apoiam quem ontem criticavam? A resposta é clara, o PSD passou anos a dizer uma coisa e agora, no momento de se apresentarem como alternativa, fazem o contrário. É uma subversão ao património político que o partido tem. Querem acreditar na transformação de um partido com dissidentes do próprio Partido Socialista, acho que é realmente algo muito negro para o património de um partido como o PSD. É a minha opinião, não sou militante do PSD, mas é a minha opinião. Isto não é a evolução das coisas, isto é, oportunismo e hipocrisia e é a mais descarada incoerência política.

A política deveria ser uma disputa saudável de ideias, projetos e visões e se a vossa lógica se reduz a conquistar o poder e as palavras firmes, de ontem, são hoje abandonadas, não podemos senão denunciar o vosso cálculo eleitoral. O PSD foi a marca de oposição ao PS, mas agora torna-se numa coisa poluída e crítica, que fala mal do diabo ou que falou mal do diabo, mas que hoje se deita com ele. E onde é que se mantêm as vossas posições? Onde é que se mantêm as vossas posições no anterior mandato? É que aqui reside o contraste, enquanto o PS se manteve fiel às suas responsabilidades, coerente com os seus princípios, focado em trabalhar nas pessoas, o

Sempre-MI esteve quatro anos a viver de ataques pessoais e terminou o mandato numa aliança que é uma golpada cínica contra os albicastrenses. O que é que esta incoerência diz ainda mais sobre o PSD? Diz que não tem projeto, não tem candidatos, diz que não têm ideias e que não têm visão, não têm capacidade e por isso se aliam ao seu inimigo de toda uma vida. Têm apenas sede de poder, custe o que custar, mesmo que para isso tenham que engolir anos de palavras. As ideias podem naturalmente evoluir, mas o que me choca é a abdicação delas.

Caros Albicastrenses, não compreendo como é que querem acreditar num Castelo Branco com uma lista de anteriores membros do Partido Socialista.

Não compreendo como é que consideram isto uma boa prática da dialética política ou partidária. Por isso, podem confiar no Partido Socialista, não prometemos a perfeição, sabemos as dificuldades, sabemos todos, os desafios que temos pela frente, mas há uma diferença fundamental, é que a nossa palavra tem valor, as nossas convicções não são descartáveis, a nossa prioridade não são os jogos de poder, mas as pessoas. Tudo isto que vivemos hoje, teria sido resolvido se na altura o Partido Socialista tivesse aceite a candidatura do anterior Presidente da Câmara, Luís Correia. Já pensaram nisso? Continuariam, neste momento, a criticar talvez o candidato. E, por isso, é que hoje, vos digo com confiança, que podem esperar do Partido Socialista responsabilidade, podem esperar coerência, podem esperar trabalho sério, porque o futuro de Castelo Branco não se constrói com oportunismos nem incoerências, constrói-se com obra, com visão, com coragem, com tempo e parcimónia e, acima de tudo, coerência para poderem confiar. Obrigado.

Ana Cristina Marques Lourenço (Sempre-MI)

Estamos em contagem decrescente para o final do atual mandato. Este é o momento decisivo para fazer o balanço e o balanço não podia ser mais desolador. Muitos são exemplos de promessas não concretizadas e a barragem do Barbaído é uma delas. A barragem do Barbaído, foi o Senhor Presidente em todos os sentidos, um flop monumental e um sinal claro de que o atual Executivo

Socialista parece seguir o roteiro da confusão e não da solução. Recordemos assim, os revezes das prometidas, da Barragem do Barbaído. Em novembro de 2021, o Senhor Presidente da Câmara Municipal garantiu que a barragem iria ser construída, no reverso do discurso, em novembro de 2022, veio dizer que o projeto estava em revisão para proposta de maior capacidade. Em março de 2023 afirmava que a barragem avançaria, com ou sem apoio, já em março de 2024, prometeu apresentar uma solução em devido tempo, mas o tempo já passou e nada aconteceu. Como se não bastasse, esta constante mudança de rumo e de narrativa, assinalava-se uma vez mais, o caos na gestão interna da Câmara Municipal sobre o rumo e o destino a dar a esta prometida barragem. Senão, vejamos, a Barragem do Barbaído apareceu inicialmente inserida no orçamento da Câmara Municipal, o que deixava vislumbrar a lógica de que iria servir para regadio, lazeres ou atividades náuticas, até, de alguma forma, quem sabe, incrementar este tipo de turismo. Mas nada aconteceu. Depois, no ano seguinte, para surpresa de muitos, foi incluída no orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, sugerindo agora um propósito completamente diferente o consumo humano. Se dúvidas ainda existissem sobre a construção desta barragem, percebeu-se nesse exato momento que a barragem do Barbaído nunca iria ser uma realidade, mas sim, uma promessa falhada. Mais uma miragem. Pois quando o investimento é uma estrutura tão significativa para nós, não é uma pasta orçamental que muda de um ano para o outro, é necessário questionar o seguinte, para que serve afinal esta barragem? Se era para regadio e lazer, porque apareceu depois, num âmbito, completamente diferente para consumo humano? Qual é o verdadeiro propósito deste projeto? Esta metamorfose orçamental não é inocente, é um claro sinal de falta de plano, coerência, sentido de prioridade e preocupação com as pessoas que são verdadeiramente o que importa no meio de toda esta equação. Será que nem os responsáveis pela promessa conseguem nos dizer com firmeza para que se destina esta infraestrutura? Será que estas trocas e indefinições não passam apenas de malabarismo político? Julgamos que sim. Essencialmente porque ao longo destes quatro anos, não foi apresentada nenhuma explicação técnica, nenhum projeto, números estimados de investimento, capacidade de cronograma ou sequer um documento justificativo dos objetivos primários da barragem do Barbaído. A barragem

do Barbaído, afinal, não é um plano, é um enigma. Nem o Orçamento de 2025, apresentado como o orçamento da concretização, conseguiu esconder a realidade.

A barragem não arrancou, o processo e o projeto nem sequer existe. Nem este, nem muitos. Tudo isto aconteceu enquanto prometia que ia ouvir os albicastrenses sobre esta matéria.

Senhor Presidente, se procura passar a ideia da ação, capacidade de liderança e obras concretas, este é o momento para demonstrar, já tudo passou, os anúncios não são ações. Quem não agiu com a legitimidade conferida pelo povo quando teve a oportunidade, não pode agora fingir que está tudo bem.

Se procura, uma vez mais, culpar o passado e encontrar desculpas ao fazer mais promessas, esqueça. Essa retórica já não convence ninguém. Já vai tarde. Quem governa a olhar para trás, nunca será capaz de conduzir uma Câmara Municipal para a frente. Chegou o momento de dizer basta! Os albicastrenses precisam de menos slogans e de mais soluções reais.

As pessoas exigem e merecem resultados, clareza, ação, responsabilidade e soluções, e não irão continuar a tolerar falhanços ou promessas contínuas disfarçadas de esperança.

Para terminar, uma mensagem, obrigada pelo apoio, obrigada pela oportunidade, foi uma honra e um privilégio trazer a voz das pessoas aqui, para dentro desta casa que se quer democrática, mas essa democracia só existe quando sabemos ouvir e quando sabemos trabalhar em prol de todos.

José Dias dos Santos Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)

Senhor Presidente, tenho um pedido de esclarecimento para fazer ao Grupo Municipal do Sempre-MI. Depois destas intervenções contínuas de comício pré-eleitoral, gostava de perguntar ao Grupo Parlamentar do Sempre-MI quantos projetos, quantos programas, quantas atividades deixadas pelo anterior Executivo, que é hoje, a essência do vosso Movimento, foram apresentados

ou ficaram no papel? Se existiram ou ficaram por executar? Se execução houvesse preparada para fazer, pelas nossas contas, nenhuma, porque não havia. Ou será que estou errado?

André Manuel da Silva Bernardino (PS)

No passado mês de agosto, há pouco mais de duas semanas, o nosso país viu-se atacado pelo maior incêndio registado desde que há registos. O incêndio que teve origem na aldeia de Piódão, no Concelho de Arganil, consumiu cerca de 64.000 hectares, o equivalente a aproximadamente 60.000 campos de futebol.

No fim do dia 18 de agosto, o mesmo incêndio entrou no nosso Concelho, fustigando o território da Freguesia de São Vicente da Beira. Após reunir, às dez e meia, desse dia, a Comissão Municipal de Proteção Civil, a Câmara Municipal ativou o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. Emitiram-se numerosos alertas para as freguesias e várias vias rodoviárias foram cortadas, tentando assim, manter as populações nas condições de segurança possíveis. Mas, este trabalho da Câmara Municipal começou bem antes do dia 18 de agosto. Destaco, por exemplo, a construção de reservatórios de água em pontos estratégicos, como foi o caso do reservatório construído na Partida e a colocação, penso que por volta do mês de junho, da máquina de rastos na Freguesia de São Vicente da Beira. Este trabalho de preparação feito pela Câmara Municipal, do qual, acabei de dar dois exemplos, revelou-se fundamental para o apoio ao combate destes incêndios.

Gostaria também de referir às ações de apoio à população e ao sector agrícola promovido pela Câmara, como o Serviço de Apoio Psicossocial, acionando uma equipa de apoio multidisciplinar, a monitorização da qualidade da água, feita pelos Serviços Municipalizados, o apoio veterinário e da alimentação animal para os agricultores afetados e a criação do balcão de apoio aos incêndios para auxiliar as populações a candidatarem-se aos apoios disponíveis.

Não posso terminar esta minha intervenção sem referir dois pontos.

O primeiro ponto, lamentar a postura de vários agentes políticos que tentaram tirar partido de uma tragédia desta natureza e que, por força da razão, se expuseram ao ridículo.

O segundo ponto, quero agradecer a todas as corporações de bombeiros, em particular, aos Bombeiros do Corpo de Bombeiros de Castelo Branco, que travam de forma corajosa e valente estas batalhas contra os fogos, agradecer à Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, ao Exército Português, ao Serviço Municipal de Proteção Civil, à Força Especial da Proteção Civil, à Cruz Vermelha, à Cáritas e a todas as Juntas de Freguesia, às suas populações que estiveram também nestes combates e a todas as instituições que de uma forma, ou de outra, participaram no combate ao fogo. Um grande bem-haja para todos.

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)

Se há um mês me perguntassem se voltaria a fazer uma intervenção nesta Assembleia, teria respondido que não. Considerava encerrado o meu espaço de intervenção neste mandato, mas os incêndios do Verão levam-me a estar aqui hoje, a erguer a voz e colocar um ponto de ordem.

Senhor Presidente, Leopoldo Rodrigues, o tempo, infelizmente, veio dar-me razão, quando insisti e voltei a insistir no projeto de erradicação das acácias na Gardunha, alertei vezes sem conta para o perigo, só obtive respostas evasivas.

Primeiro, a resposta que o projeto tinha fracassado, depois, meses mais tarde, simplesmente o silêncio, ignorância e ausência de resposta.

O resultado está à vista, a catástrofe que anunciamos tornou-se uma realidade. A Gardunha sofreu um rude golpe, o Ocreza foi arrastado e a Marateca sentirá as consequências, brevemente. Percorri a área ardida durante estes últimos dias, havia acácias cortadas, aí sim, não sobrou nada, apenas cinza, pó e terra queimada, uma destruição sem precedentes que levam anos a recompor. E, por isso, pergunto-lhe diretamente e exijo uma resposta perante os Louriçalenses: Porque nada foi feito? Porque ignorou os vários avisos? Porque não procurou uma solução?

A sua curta experiência como Presidente de Câmara, não lhe permitiu prever esta situação e também não era tempo para aprender, mas nós, louriçalenses habituados, infelizmente, a esta calamidade cíclica, sabemos medir as consequências, sabemos avaliar o perigo e mesmo assim, fomos ignorados.

Pergunto-lhe, porque a Freguesia de Louriçal ficou, fora do programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras”? Porque ignorou durante estes anos informações que lhe foram entregues? Porque nunca, repito, nunca, a Câmara Municipal limpou as suas próprias propriedades na Freguesia? Já em 2024, numa propriedade da Câmara Municipal, deflagrou um fogo, a sorte é que tinha sido limpo pela Junta de Freguesia e só houve danos na viatura. Acredito que nos próximos anos, haverá responsabilidades políticas a assumir por este Executivo.

Pergunto, o que dirão os Louriçalenses que investiram na Freguesia?

O que dirão aos investidores que acreditaram na Gardunha e têm o seu negócio no Louriçal do Campo? Anos de promoção da Gardunha, do Ocreza, dos nossos percursos, do Balouço, da Pasteleira do Coração da Gardunha, nos trilhos. De que servem estes anos de divulgação, de promoção e de investimento?

Pergunto-lhe, quanto investiram na Gardunha, neste mandato? Quantos caminhos limpou ou abriu na Freguesia? O que dirá a quem perdeu o negócio e terá agora de esperar anos a rentabilizar o investimento? Quanto investiu na prevenção da Freguesia? Qual o Plano de Emergência previsto para Louriçal do Campo, no caso, de incêndio florestal, sem recorrer ao telemóvel? Consegue-me dizer? Quais são os pontos de abastecimento de combate ao incêndio na Freguesia? São perguntas diretas, mas que permanecem sem resposta.

Foi um mandato vazio, um mandato marcado pela discriminação política, um mandato de exclusão das freguesias que não partilham da sua cor política.

Recordo-lhe que no Louriçal do Campo, sem colaboração, conseguimos reunir mais de 50 pessoas, adultos, crianças em condições dignas, espaço climatizado, colchões e refeições. Fomos uma das únicas freguesias a ter um edifício preparado para esta função.

Da sua parte, prontificou-se com alguma coisa? Contamos com a sociedade civil, empresas e particulares. A Global Via forneceu cisternas com água gratuitamente, indispensáveis ao abastecimento rápido das viaturas.

O tanque de São Fiel assegurou o resto, esse sim, investimento da Câmara Municipal, há anos.

Resultado, zero litros da rede pública, mas sabe também, o que não tivemos? Não tivemos uma única máquina de rastos na Freguesia para a abrir um caminho, se fosse necessário para facilitar o combate, não tivemos as principais vias limpas.

Afinal não tivemos um Presidente de todos os albicastrenses.

E depois do incêndio, pergunto-lhe, alguma vez contactou a Junta de Freguesia? Demonstrou solidariedade? Perguntou, se era necessária alguma mão de obra, maquinaria ou apoio para desbloquear algum acesso?

Também sublinho o trabalho profissionalismo do veterinário municipal, disponível durante e após o incêndio.

Fica o desafio para o próximo Presidente delinear um plano estratégico para a Gardunha e convidar todas as entidades responsáveis e preparar um verdadeiro renascer das cinzas. Nós já fizemos o nosso e está pronto a apresentar.

Tenho só que dizer-lhe o seguinte, Senhor Presidente, na Freguesia iniciou uma obra há pouco tempo e como é o seu registo habitual, a Junta de Freguesia ficou para trás, ninguém convidou a Junta de Freguesia, pelo menos para dar assistência e ajudar naquela obra e o que é que aconteceu nesse fim de semana? O Presidente da Junta de Freguesia, passou o tempo a resolver problemas

de reclamações que surgiram dos fregueses da “obra para aqui e obra para ali” e eu disse que a Junta de Freguesia não foi tida nem achada nisto. Se o Senhor me tivesse perguntado, tinha-lhe comunicado como se tinham encaminhado as águas e qual o tipo de inertes ali, a aplicar, porque já tivemos essa experiência negativa, em anos anteriores.

A Câmara vai investir numa estrada e quando vier o próximo inverno, será o próximo Presidente da Câmara e o próximo Presidente da Junta que terão de ir recolher aos terrenos dos particulares todos os inertes, como aconteceu já em anos atrás. É só porque como a obra está a decorrer, ao menos fizessem essa correção.

Daniel António Guerreiro Almeida (PS)

Pedido de Esclarecimento - Quero fazer um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo, porque acusou o Senhor Presidente da Câmara de ter uma recente experiência neste cargo.

Quero saber, portanto, ao longo do seu mandato, que tipo de recomendações, de pedidos é que fez em nome de todos os Presidentes de Junta, sobretudo os Presidentes de Junta, que tem uma grande mancha florestal, o que é que foi feito? De que forma é que executaram o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios? Que investimentos é que houve, em particular, na sua Freguesia? E, por exemplo, também interpelar os Senhor Vereador Luís Correia, por exemplo, do que é que fez no seu mandato? Ou, por exemplo, o que é que foi feito em 2020, quando o então Presidente de Câmara, José Augusto Alves, fez, quando a aldeia da Lisga foi quase ardida?

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)

Senhor Deputado, Daniel Almeida, têm vindo a todas as Assembleias Municipais? É que tem estado um pouco desatento.

Quando falei das acácias, aqui, falei de um projeto que era da Câmara e não da Junta de Freguesia. O senhor não sabe. E, mais, a Junta substitui-se à Câmara muitas vezes, porque o que

é da Câmara Municipal, foi a Junta de Freguesias que limpou. Não sabia disso, pois não? Não sabia que a Câmara, no tempo do Presidente, José Augusto Alves, investiu no maior reservatório de água que forneceu os bombeiros, durante o período de incêndio.

Portanto, Senhor Deputado Daniel, a Junta de Freguesia fez o seu trabalho.

Tivesse a Câmara feito o seu.

Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS)

Antes da minha intervenção, queria só fazer uma nota prévia, porque sendo esta a última intervenção neste período da ordem de trabalhos e tendo assistido aqui a tantas intervenções por parte da oposição, sobre aquilo que este Executivo não fez, assinalo aqui uma curiosidade conveniente, é que a hasta pública do hotel que não se fez, nem uma palavra.

Estamos em tempo de campanha eleitoral, mas também vivemos num tempo em que Castelo Branco precisa de clareza, de rumo e de verdade e é com clareza que venho aqui falar, precisamente, da hasta pública do hotel que não se realizou e vamos primeiro aos factos.

Primeiro facto, este processo inicia-se com a aprovação nesta Assembleia Municipal da hasta pública do terreno para a construção de um hotel. Ainda antes da publicação do edital de convocação da hasta pública, duas entidades, um indivíduo e, em vez dele, a dona do Hotel Rainha D. Amélia e da Herdade do Regato, empresa, como se sabe de Hortense Martins, apresentam ambas, tanto quanto se sabe, recorrendo ao mesmo escritório de advogados, pedidos de elementos à Câmara Municipal sobre esta hasta pública. A Câmara e bem, recusou dar esses elementos por entender que não podia dar informações a potenciais interessados antes de publicitar a hasta pública, uma vez que lhe daria vantagem em relação a todos os outros. A Investel recorreu desta decisão para os tribunais através dos mesmos advogados e o tribunal deu total razão à Câmara Municipal.

Segundo facto, a Câmara Municipal publica o edital da hasta pública, em dois jornais, nacionais, regionais e um nacional, marcando a mesma, para o dia 1 de setembro. Entretanto, através dos advogados, o indivíduo que já referi interpôs uma providência cautelar para parar o processo da hasta pública e impedir a sua realização, argumentando que o preço base estabelecido era baixo.

Perante isto, o Município entregou ao tribunal a sua oposição e ainda antes disso, apresentou um pedido para levantar o efeito suspensivo da providência cautelar, para o qual, elaborou um despacho que foi levado à reunião da Câmara Municipal, tendo os Vereadores do Sempre-MI votado contra. A Câmara não tinha recebido até à data da realização prevista da hasta pública, resposta do Tribunal.

Terceiro facto, no próprio dia 1 de setembro, imediatamente antes da hora para a qual estava marcada a hasta pública, foi entregue em mão na Câmara Municipal uma segunda providência cautelar pelo mesmo escritório de advogados, mas desta vez em nome da Investel, dona do Hotel Rainha D. Amélia e Herdade do Regato.

Esta segunda providência cautelar foi apresentada na semana anterior e não foi comunicada pelos canais normais, isto é, com notificação do tribunal, assim que entrou, mas sim, em mão pelos advogados e apenas na data e hora para o qual, estava marcada a hasta pública.

Senhor Presidente, Caros Deputados Municipais, estes são os factos, agora vou à substância.

Em primeiro lugar, como facilmente se percebe, o objetivo era claríssimo, no caso de o Município não ter obtido o levantamento do efeito suspensivo da providência cautelar anterior, esta segunda a ser entregue, desta forma, não permitiria e impediria sempre, como se constatou, a realização da hasta pública.

Em segundo lugar, supostamente preocupados com a boa gestão pública, na qualidade de parte interessada, a providência cautelar apresentada pela Investel argumenta, pasme-se “preto

no branco”, que a entrada em funcionamento do novo hotel, iria afetar a sua situação financeira e pôr em causa o seu negócio.

Estava eu a dizer, o argumento da Investel foi que a entrada em funcionamento do novo hotel iria afetar a sua situação financeira e pôr em causa o seu negócio. Parecem, assim, absolutamente claros, quais os objetivos das providências cautelares.

Senhor Presidente, caros Deputados Municipais, os albicastrenses não pedem milagres, mas pedem que a política seja séria, que quem governa ou quem se propõe governar, esteja ao serviço das pessoas e não de si próprio. Em vez de estabilidade, vemos confusão calculada. Em vez de soluções, vemos entropias para depois poderem acusar o Executivo de não fazer, mas ao mesmo tempo impedirem que se faça. Infelizmente é aquilo a que temos assistido do lado da oposição demasiadas vezes.

Ontem, como hoje, percebemos que os interesses, em jogo, não são os interesses de Castelo Branco, mas sim, outras conveniências que preferem transformar a política em palco privado. É por isso, pelo lado que represento no Partido Socialista, que temos um enorme orgulho em nos apresentarmos de cara lavada. Orgulho em termos um Presidente íntegro, transparente, sem negócios escondidos, sem favores por pagar. Um Presidente que não depende de expedientes ou de influências, mas sim, de confiança, das pessoas e com suas próprias convicções.

Acreditamos que Castelo Branco merece mais do que jogos de bastidores, merece líderes com ética, representantes que olhem para o cidadão com respeito de quem merece, acima de tudo, uma política que seja um instrumento de progresso, de esperança e de futuro.

E para terminar, este é o nosso compromisso, fazer política limpa, clara e centrada no bem comum.

Servir Castelo Branco e não servir negócios.

Unir em vez de dividir, simplificar em vez de complicar, criar estabilidade em vez de gerar entropias.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

Presidente da Câmara Municipal

Queria começar por me dirigir ao Senhor Deputado, Miguel Barroso, para lhe questionar, onde é que este Presidente da Câmara, ou o que é que este Presidente da Câmara faz por proveito próprio, que não merece e que não é por isso um Presidente de confiança?

Qual foi a ação do Presidente da Câmara Municipal, Leopoldo Rodrigues, que beneficiou o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco? Gostaria que respondesse a essa questão.

Não tem resposta?

De facto, hoje tivemos várias intervenções e todas no mesmo sentido, falar sobre compromissos eleitorais que não foram concretizados, esquecendo-se daquilo que fizemos, porque outros, antes de nós, não o fizeram, efetivamente.

Assumimos com humildade que não fizemos tudo aquilo que nos propúnhamos fazer. Acredito que não sou o primeiro Presidente da Câmara Municipal que o faz, que assume no final de mandato que não conseguimos concretizar todos aqueles que eram os nossos objetivos e compromissos. Aliás, na última reunião pública do Executivo, o ex-Presidente da Câmara Municipal, que hoje exerce o cargo de Vereador, assumiu, ele próprio, se alguém acredita que é possível fazer tudo num mandato.

Queria falar-vos de concretizações que são transformadoras de Castelo Branco e que deram ao longo deste tempo o novo impulso a Castelo Branco.

Depois falarei com o Senhor Deputado Miguel Barroso.

Agora, dirijo-me ao Senhor Deputado, Armando Ramalho que é originário de Alcains e que não teve uma palavra a Alcains, quando em agosto de 2021, fomos confrontados com esta notícia, “tiro no porta-aviões de Alcains, Dielmar pede insolvência”. Nessa altura estávamos em campanha eleitoral, nessa altura, a apresentar-nos aos albicastrenses e o Senhor Deputado Armando Ramalho era precisamente um dos elementos ativos da campanha eleitoral, para Alcains, para os Alcainenses, para as pessoas que ficaram sem trabalho e sem esperança. O Senhor Deputado, disse zero, zero propostas, zero solidariedade e zero intervenção para resolver este problema. Ao contrário de si, Senhor Deputado, e ao contrário daqueles que o acompanhavam, tomámos a iniciativa, falámos com os membros do Governo, intercedemos junto do governo, ainda enquanto candidatos e depois de eleitos. Em janeiro de 2022, Senhor Deputado, vinha a boa nova, “um grupo minhoto concretiza a compra da Dielmar”.

Foi isto, Senhor Deputado, que fizemos pela sua terra. Foi esta a ação proativa e de resolução de problemas da sua terra e não foi antes de 2021. Senhor Deputado, há por aí alguém que tem a memória curta. A Dielmar pediu insolvência em agosto de 2021. Alguns deixaram cair Alcains e deixaram cair a Dielmar. Nós fomos ativos e reabrimos esta importante empresa.

Depois o Senhor Deputado diz que não fizemos. Fizemos, Senhor Deputado. Fizemos aquilo que o Senhor e aqueles com quem está acompanhado não tiveram a ousadia, nem competência de fazer. Resolvemos um problema antigo, um problema estrutural, um problema ambiental em Alcains. Conversámos com a Oviger e os seus novos proprietários, conversámos com as entidades envolvidas no saneamento dessa empresa que durante anos, verteu os seus efluentes para a Ribeira da Lória, causando com isso, enormes prejuízos ambientais à Vila e nós resolvemos o problema. Mas, isso, o Senhor Deputado não vê ou não quer ver, porque isso contribui para o bem-estar das pessoas e contribui para uma melhor vida na Vila de Alcains. Também não quis ver Senhor Deputado que havia uma proposta para investir 250.000 € no Centro de Saúde que claramente está ultrapassado pelas condições que apresenta aos cidadãos. E não quis ver que investimos num

projeto que levámos a concurso e que concretizámos e que hoje, temos um novo Centro de Saúde Alcains praticamente pronto e disponível para as pessoas que vivem nessa localidade.

Fala de gestos simbólicos, lançamentos da primeira pedra e apresentação de projetos. Sim, apresentamos com muito orgulho o projeto do novo Pavilhão Multiusos. Apresentamo-lo, porque é importante que os albicastrenses reconheçam, e também é importante que o Senhor o reconheça pela importância que este equipamento trará para a cidade e para o desenvolvimento da cidade.

A Senhora Deputada, Carla Massano faz aqui uma intervenção à volta do silêncio absoluto de todos vós, relativamente, àquilo que se passou nas últimas semanas.

O Senhor Deputado, Miguel Barroso, que tantos filmes fez, tantas intervenções aqui apresentou, hoje, foi incapaz de dizer, zero palavras, para duas providências cautelares que claramente têm como objetivo impedir Castelo Branco de ter futuro na área do turismo, de ter maior oferta hoteleira. Dizem que vai tudo para a Covilhã e que Castelo Branco não tem capacidade para fazer e quando apresentamos uma proposta para a hasta pública, do terreno no centro da cidade que tem capacidade de promover o turismo, ficam calados mediante interesses que não são os interesses públicos, mas sim, os interesses particulares, isto faz-nos perceber o que se passou ao longo destes quatro anos.

Porquê esta insistência permanente em dizer mal e deitar abaixo? Porque efetivamente, este Município, este Executivo Municipal, pauta-se por princípios e por algo que, do nosso ponto de vista, é fundamental na política e do qual, não abdicamos, que é colocar o interesse público à frente do interesse privado.

O Senhor Deputado, Armando Ramalho, disse zero, relativamente, a isto, a Senhora Deputada Ana Lourenço disse zero, a Senhora Deputada Maria José Rafael, disse zero e o Senhor Deputado Miguel Barroso, disse zero, relativamente, a isto.

Trata-se, efetivamente, do futuro de Castelo Branco, de olhar perante aquilo que é transversal àquilo que é estrutural e que é determinante para o futuro de Castelo Branco. E, sim, o Pavilhão Multiusos enquadra-se numa estratégia mais alargada de atração de turistas, dinamização do território, onde se engloba, obviamente, o Centro de Interpretação Templário, que já aqui foi referido, a Escola de Chefs que também já aqui foi referida e a construção de mais hotéis. Ou querem continuar a ver os investimentos, como aqui disseram, passar ao lado de Castelo Branco? Querem que só haja hotéis na Covilhã e no Fundão? Por que razão, Senhores Deputados, é que vocês não tiveram uma palavra, relativamente, a um assunto tão importante e tão estruturante que é tão determinante? Estão confortáveis com isto? Estão confortáveis com esta apatia e, ao mesmo tempo, com este travar do desenvolvimento de Castelo Branco.

Obras, estrutura, diz o Senhor Deputado, Miguel Barroso, apenas obras do dia a dia.

Diga-me, Senhor Deputado, a construção da Unidade Local de Saúde no Centro de Castelo Branco, a construção de um novo Centro de Saúde em Alcains, são obras do dia a dia ou são respostas a necessidades objetivas da população?

A construção de uma creche na Quinta das Violetas e o projeto para mais duas, uma na Quinta Pires Marques e outra em Alcains, são obras do dia a dia, ou são projetos de futuro e estratégicos para o desenvolvimento de Castelo Branco? Ou não sabe, Senhor Deputado, Miguel Barroso que há famílias cujos, progenitores não trabalham porque não têm lugar nas creches para os seus filhos?

Senhor Deputado Miguel Barroso, quem é que mandou aqui, no âmbito, do CLAS votar contra as novas creches? Pois posso-lhe dizer, foi o ex-Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco que hoje, se apresenta como candidato e que o Senhor a defende e fala de listas.

O Senhor Deputado, fala da lista do PS à Câmara Municipal, da qual, me orgulho, pergunto-lhe Senhor Deputado, onde é que está o PSD na lista à Câmara Municipal? Onde é que está? Onde é que estão os membros do PSD na lista à Câmara Municipal? Neste caso não foram dois vereadores

que foram despedidos, neste caso, foi um partido inteiro. Foi uma história, foi uma ideologia e foi um passado que foi despedido na sua totalidade. É, por isso, Senhor Deputado, que me surpreende com alguma euforia que aqui traz, quando aquilo que é fundamental e quando aquilo que é estruturante para Castelo Branco e para o futuro de Castelo Branco e também para o PSD, fica esmagado debaixo de interesses que não são certamente os interesses do PSD.

Assumimos compromissos em 2021, importantes para Castelo Branco, mas estamos a fazer, e muito daquilo que não foi feito, ou seja, estamos a dar sequência a Castelo Branco. Veio falar aqui de estratégia local, e de habitação, pois é verdade, também gostaríamos de fazer mais no que diz respeito à habitação. O que é certo é que tínhamos zero projetos que dizem respeito à habitação. Não tínhamos estratégia local de habitação que nos permitiria negociar com o IHRU em tempo útil o financiamento para a mesma, ou o Senhor desconhece porque tenho alguma dificuldade em acreditar que a negociação, relativamente, ao PRR no que diz respeito à construção de habitação ocorreu num tempo ainda antes da minha tomada de posse, enquanto Presidente de Câmara. E não foi apenas o tema da habitação, foram muitos os projetos que deviam ter sido sinalizados e não foram. Zero projetos. Durante muito tempo, interroguei-me por que razão é que não tinha havido uma passagem de testemunho entre o Executivo, cessante, e o novo Executivo. Compreendi muito mais tarde as razões por que aconteceu, foi porque efetivamente, não havia projetos, não havia ideias, não havia nada que pudesse ser passado ao Executivo que tomou posse, em outubro de 2021. E quando não se tem projetos, quando não se tem ideias e quando não se tem um pensamento para um território, nada pode ser passado, porque o vazio não se passa.

Senhoras e Senhores Deputados, é lamentável que os incêndios sejam aproveitados de forma pouco digna para fazer política. Estive com o Senhor Coordenador Municipal de Proteção Civil, quase em permanência durante os dias em que o fogo atingiu o nosso Concelho. Antes disso, fizemos um trabalho de planeamento e fizemos um trabalho de antecipação, um trabalho de planeamento e de antecipação, como nunca tinha sido feito.

E, já agora, questionava o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo por que razão é que em 2020 o fogo atravessou o Louriçal do Campo e destruiu um dos edifícios mais emblemáticos do nosso Concelho e do nosso território? Não quero atribuir culpas porque sei que não existem culpas. Infelizmente, dificilmente conseguimos combater a violência, a densidade e tantas vezes a forma impetuosa como as chamas atravessam o território.

Atribuir culpas ao Presidente da Câmara Municipal, de hoje, esquecendo os muitos incidentes que houve no Louriçal do Campo, parece-me, no mínimo, de mau gosto e de alguma falta de solidariedade.

Como disse, estivemos presentes, naquilo que dizia respeito ao antes e posso aqui muito rapidamente elencar, se me permite, aquilo que foi a nossa ação durante o ano de 2024/2025, em que construámos quatro depósitos de 800 metros cúbicos de água nas localidades da Partida, Santo André, Malpica do Tejo, em que implementamos o Programa “Aldeia Segura, Pessoas Seguras” em sete aldeias, nomeadamente, em Monte Gordo, Cabeça Gorda, Vale Chiqueiro, Vale Figueira, Violeiro, Valbom e Almededa. Explicámos ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo e isso, foi-lhe explicado que o Louriçal do Campo não estava dentro das aldeias prioritárias definidas por legislação, própria, era, portanto, um programa que não se coadunava ainda com o Louriçal do Campo.

Criámos o acesso a pontos de água de abastecimento, meios terrestres e aéreos na Aldeia da Magueija, Poço das Burras, na Freguesia das Sarzedas. Foram operacionalizadas duas máquinas de rasto preposicionadas de junho a setembro, em São Vicente da Beira e no estaleiro da Câmara Municipal, sendo mobilizadas ao minuto para os teatros de operações.

É de salientar que o Município de Castelo Branco é o único no Distrito e, provavelmente, será o único no país que mobiliza estes meios.

Foi adquirido um triturador para empenhamento nas Freguesias para triturar sobranças agrícolas. Foram efetuados 575 quilómetros de gestão de vegetação herbácea e arbustiva nas

bermas da rede viária florestal. Foram beneficiados 374 quilómetros de caminhos e estradões da rede viária florestal. Foram efetuados 200 hectares de gestão de terrenos municipais e infraestruturas. Foram executados trabalhos em 520 hectares de terrenos privados, para instalação de área de mosaicos e parcelas de gestão de combustíveis nas freguesias do pinhal do Concelho de Castelo Branco, foram intervencionadas as linhas de água da ribeira da Líria, da ribeira da Magueija, no Pé da Serra.

Estão a ser implementados os condomínios da aldeia que estão à presente data, já executados vários hectares de preparação do terreno, o condomínio da Aldeia de Valbom, 11 hectares, o condomínio da Aldeia do Violeiro, 7 hectares, o condomínio da Aldeia da Magueija, 7 hectares. Vamos ainda dar início aos trabalhos do Condomínio da Aldeia, em Vale Figueira, Almaceda, Lisga, Vale Chiqueiro, Monte Gordo e Cabeça Gorda. Apenas para deixar aqui algumas notas sobre o trabalho que fizemos e as intervenções que proporcionamos no que diz respeito à Proteção Civil e à proposta ou tentativa de mitigação dos efeitos das chamas.

Estava na Paradanta quando as chamas entraram no Concelho de Castelo Branco. Assisti durante os dias em que decorreram os incêndios, à forma como todos os Agentes de Proteção Civil combateram os incêndios que estavam sem dar tréguas.

Deixo aqui, ainda antes da aprovação desta moção, a minha solidariedade e o meu reconhecimento para todos os que efetuaram esse trabalho. Foi um trabalho de proximidade. Foi um trabalho de generosidade e foi um trabalho que nos permitiu estancar o fogo no Concelho de Castelo Branco, depois de ter começado em Arganil e ter atravessado um conjunto de Municípios, tendo infelizmente destruído quase na totalidade alguns deles. Temos trabalho para fazer, sim, reconheço, temos que pensar o país e pensar o território de uma forma diferente, mais consolidada que nos permita evitar estas tragédias.

Era eu, ainda relativamente jovem, um dia quando chegava à Escola Secundária N' Álvares para mais um dia de aulas e o meu amigo Francisco Barroso, que vinha de São Vicente da Beira,

nos dizia, esta foi uma noite trágica, uma noite de pânico e uma noite que não vamos esquecer. Já nessa altura o fogo atravessava São Vicente da Beira, a Serra da Gardunha e destruía Pinhal, destruía vegetação e a esperança das pessoas.

Se quisermos inverter este rasto de destruição, que de tempos a tempos e se abate sobre o território, teremos obviamente que ter uma política consentânea com esse objetivo. Não é certamente a política ou só a política do Município de Castelo Branco, não chega a política do Município de Castelo Branco, como tive ocasião de dizer em algumas das intervenções que me foram solicitadas no decurso dos incêndios, é preciso que o Estado Central olhe para este território e pense o que é que quer fazer deste território. Que o Estado Central diga o que quer para o território e para as pessoas que vivem neste território e quando falo do Estado Central, não estou a falar do Governo do PSD, em exercício, porque um problema desta dimensão não se resolve com a vontade de um único Governo. Terá que se resolver com uma estratégia nacional e com uma determinação nacional que englobe os vários Governos, os vários partidos e as várias forças políticas nesse objetivo e nessa determinação.

Dizer também que durante todo o fogo e durante todas as operações, do mesmo, foram muitos os voluntários ou populares que estiveram presentes durante o mesmo e que combateram as chamas. Vi o desespero nos olhos de muitos deles, a tristeza e vi as lágrimas. Não aproveitei uma única fotografia, nem um único vídeo para fazer política a partir da desgraça e a partir dos momentos de tristeza e de desespero. Entendo que na política tem de haver princípios que se sobreponham àquilo que é o sofrimento das pessoas e àquilo que poderiam ser os nossos interesses particulares em detrimento dos interesses coletivos.

Após os incêndios, tivemos a oportunidade de reunir com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia das três Freguesias afetadas pelas chamas para lhes transmitir aquilo que são as medidas do Governo de Portugal, relativamente, à mitigação ou à reparação dos prejuízos causados pelos incêndios.

Criámos uma equipa pluridisciplinar que esteve no terreno, desde a primeira hora, com a Dr. Eduarda, que nos tem acompanhado ao longo deste mandato, com acompanhamento psicológico, com a Cáritas, com a Cruz Vermelha, com a presença do Padre Carlos Almeida, que percorreram cada uma das localidades afetadas pelas chamas para perceber as necessidades imediatas e para tentar encontrar soluções para essas necessidades. Asseguramos também a presença do Veterinário Municipal, Dr. Álvaro que também, desde a primeira hora, esteve presente para tentar encontrar respostas, nomeadamente, ao nível da alimentação para os animais, que era aquilo que se afigurava mais exigente e mais urgente.

Participámos em duas reuniões com membros do Governo, a primeira delas com o Senhor Ministro da Economia e também com o Senhor Ministro da Agricultura e a segunda delas com a Senhora Ministra do Ambiente. Estas reuniões tiveram como objetivo apresentar aos Presidentes de Câmara aquilo que são as propostas de intervenção do Governo. Já estamos a ouvir as populações, criámos um gabinete, entre aspas, móvel, que está a ouvir as populações em cada uma das localidades afetadas, para fazer o levantamento dos prejuízos, para que depois possa ser dada resposta a esses mesmos prejuízos.

Estivemos, como dizia, no terreno, próximos das pessoas, a ouvir as pessoas e a fazer aquilo que compete a um Presidente da Câmara que é tentar mobilizar o máximo de meios para uma catástrofe que se abate sobre o Concelho. Infelizmente, no dia 18 de agosto, o país estava todo a arder ou uma parte muito significativa do país estava a arder, o que impediu a captação de mais meios do que aqueles que nos foram disponibilizados.

Infelizmente, também a densidade do fumo, foi de tal modo, que durante pelo menos 2 dias, os meios aéreos não puderam operar, estavam alocados no Aeródromo Municipal de Castelo Branco, mas por questões de segurança dos pilotos, foi o helicóptero que utilizou o depósito da Partida que durante algum tempo e os outros meios, por essa mesma razão, não puderam estar no terreno.

Termino por aqui e estarei disponível para responder às questões que quiserem colocar.

Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)

Pedido de Esclarecimento - Eu quero-lhe fazer uma correção, os incêndios foram em 2017, não em 2020. E sabe porque é que ardeu o Colégio de Fiel? Porque agiram como o Senhor, não limparam o que lhes pertencia. O fogo veio de norte e ardeu por aí, essa é verdade.

Mas, não me respondeu, quanto é que investiu no Louriçal do Campo na prevenção dos incêndios? A minha pergunta não foi respondida.

Não me respondeu sobre as acácias, portanto, admite que tudo correu bem e no combate aos incêndios correu tudo bem, Senhor Presidente?

Acha que correu tudo bem? Olhe, eu acho que não. Muita gente no terreno e poucos a combater fogos.

Quanto ao método de decisão da Proteção Civil a nível nacional de apagar fogos, poderão vir todos os bombeiros do mundo, todos os meios aéreos e nunca resolveremos esta situação, porque antigamente o fogo combatia-se na serra e como o Senhor disse, na reunião, temos de combater o fogo naquilo que é do vizinho para não atingir aquilo que é nosso. Portanto, se fizéssemos isso agora também e se os bombeiros combatessem o fogo na serra, nunca teria chegado a Louriçal do Campo, não tinha chegado ao outro lado. É verdade que se junta muita vez, um conjunto de circunstâncias que dificultam o combate ao fogo e isso, é visível a toda a gente, mas há alturas que o combate foi nulo, o combate e não existiu e não podemos criticar os bombeiros, mas sim, a forma como isto está organizado. Todos os anos teremos fogos, tivemos em 2024 e em 2025 ardeu no mesmo sítio, portanto, temos de fazer “mea culpa” todos, as Câmaras, as Juntas, a Autoridade Nacional de Proteção Civil, para não arrastarem os bombeiros para uma situação que depois é desagradável porque são eles que estão no terreno a ouvir as pessoas a reclamar e não é justo.

Portanto, Senhor Presidente, é bom que nós, os autarcas e os autarcas que têm mais poder que nós, os Presidentes de Câmara, reclamem isso. Reclamaram os Presidentes de Câmara da Guarda, do Fundão, da Covilhã e o Senhor também tem que reclamar. Nós temos que combater isso de uma forma diferente, porque se não combatermos o fogo de forma diferente, como Autoridade Nacional de Proteção Civil diz, “a preocupação são a casa e as pessoas”, então quer dizer que só se combate o fogo quando está nas casas e nas pessoas?

Há uns anos, ardeu a Gardunha, mas nunca chegou ao Louriçal do Campo e tinha muito mais árvores. Falou aqui que os helicópteros que abasteceram na Partida, sim, mas tem que dizer também que abasteceu na Marateca muita vez. Não valorize só aquilo que faz, valorize aquilo que também existe, porque isso é que é importante para um Presidente da Câmara.

Armando Lopes Ramalho (Sempre-MI)

Pedido de Esclarecimento - Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara quando é que o Sempre Movimento Independente e eu próprio, já que fui citado, faltou ao Executivo no processo de resolução do problema decorrente da falência da Dielmar? Quando é que o Senhor Presidente pôs o Sempre Movimento Independente, a par do problema e da metodologia proposta para a resolução e para a qual, necessitava do meu apoio ou do apoio do Sempre Movimento Independente?

Na última Sessão, desta Assembleia, o Sempre Movimento Independente absteve-se na votação, da hasta pública, relativa, ao lote de construção do Hotel. As vicissitudes legais estão fora do âmbito desta Assembleia, neste momento, e pertencem aos tribunais. Abstivemo-nos porque a Câmara não acautelou um projeto que não permitisse a instalação de um hotel de subúrbio na zona nobre, no centro da nossa cidade.

Abstivemo-nos, dadas as vicissitudes inerentes ao processo de avaliação do lote de terreno em que o avaliador tinha algumas ligações, como o Senhor Presidente sabe, com a Câmara.

Miguel Gregório Barroso (Sempre-MI)

Pedido de esclarecimento - Só porque fui diretamente interpelado pelo Senhor Presidente a propósito da situação do hotel e quero que fique muito claro que da parte do PSD sempre houve uma defesa intransigente que é importante para o Concelho de Castelo Branco, fazer uma aposta turística e que dessa aposta turística, resulta necessariamente o aumento do número de camas para quem nos visita.

De resto, no processo que envolveu a hasta pública do terreno para o hotel, não vi da nossa parte nenhum tipo de impedimento. E, portanto, quando o Senhor Presidente vem aqui falar em forças ocultas, só posso interpretar que está a ser desonesto, que está a querer confundir as pessoas, porque na verdade, dá mais jeito baralhar, do que falar, claro, principalmente, nesta altura de eleições, onde quer desviar as atenções do que é fundamental e que foi a sua incapacidade de governar.

Solicito ao Senhor Presidente que esclareça, se sentiu da nossa parte algum tipo de obstáculo ao avanço do projeto do hotel.

E, para terminar, dizer-lhe a si e ao Senhor Deputado, Daniel Almeida que, na verdade, vocês não estão preocupados com o PSD, a vossa preocupação é o resultado do Partido Socialista, no dia 12 de outubro.

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

Pedido de Esclarecimento - Na minha interpretação, isto até seria no ponto a seguir, mas já que todos estão a pedir esclarecimentos, faço-o também. O Senhor Presidente da Câmara disse aqui, há pouco, acho que ouvi bem, que não utilizou nenhuma imagem, redes sociais durante o tempo do incêndio. Eu recordei, falou aqui do helicóptero que encheu na Partida e penso que foi no seu Facebook que vi, mas ainda bem. A diferença é, não há problema nenhum, tirarmos fotografias, fazermos vídeos, porque, isto é, como no final da Segunda Guerra Mundial, se não tivessem tirado fotografias, íamos dizer que aquilo não tinha acontecido, isto é igual, estamos aqui a dizer que correu tudo bem, quando sabemos que não correu bem.

Há outra questão que lhe vou colocar, diz que realmente, temos que mudar a maneira como olhamos para o nosso território e quero fazer um pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente. Acha que foi só o PS e o PSD que tomaram ao longo destes últimos anos e, se calhar, até começou no tempo do Estado Novo, de retirar as pessoas das aldeias e de colocá-las na cidade e no litoral? Se é esta a política que o Senhor defende para o nosso Município, ou devemos ter pessoas nas aldeias para não acontecer estas desgraças? Porque o contrário que muita gente disse aqui, para mim os incêndios não são uma inevitabilidade, podemos evitá-los, sim, se vão acontecer? Sim, mas com estas dimensões podem ser evitadas.

E, volto também, a perguntar, o Senhor Presidente, não me responde quanto ao Plano Municipal de Proteção Civil, se foi alguma vez testado?

Pergunto outra vez, foi alguma vez testado?

Presidente da Câmara Municipal

Começo por me dirigir ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal do Campo para lhe reafirmar aquilo que já disse na minha anterior intervenção. A Câmara Municipal de Castelo Branco desenvolveu ao longo do mandato e neste último ano, em concreto, um conjunto de ações, tendo em vista a mitigação dos efeitos dos incêndios.

Desculpe, mas não concordo consigo no que diz respeito ao empenhamento total dos Agentes de Proteção Civil que estiveram presentes no terreno.

Como disse, assisti no local, na localidade da Paradanta à entrada do fogo, no Concelho de Castelo Branco. Antes disso, e referindo à frase que dissemos na reunião na Escola de São Vicente da Beira, efetivamente, os fogos têm que se combater no terreno do vizinho antes que cheguem aos nossos e foi por essa mesma razão que as duas máquinas que estavam mobilizadas pelo Município de Castelo Branco, estiveram a combater o fogo no Município do Fundão. Infelizmente, nenhum dos Municípios, onde o fogo grassou, tiveram a capacidade para impedir às chamas de

continuar. Penso que será desadequado, para não dizer outra coisa, pedir aos Agentes da Proteção Civil do Concelho de Castelo Branco que façam aquilo que nenhuns outros conseguiram fazer, que era impedir que essas mesmas chamas entrassem no nosso Concelho.

Eu estava presente e percebi, perante a dimensão das chamas e da violência das mesmas, que qualquer homem que se atravessasse à sua frente, teria a sua vida colocada em risco e, entendo, que o valor supremo é o valor da vida e a proteção, em todas as circunstâncias, da integridade física dos Agentes de Proteção Civil. Aliás, em cada visita que faço à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, tenho oportunidade de referir isso mesmo, agradecer o empenho no combate às chamas, agradecer a forma como lutam contra esse flagelo, mas, ao mesmo tempo pedir-lhes para se salvaguardarem porque um bombeiro ferido, ou um bombeiro morto, em primeiro lugar, é uma perda irreparável e em segundo lugar, não beneficia ninguém, nem ao próprio, nem à sua família e nem à sociedade.

Senhor Deputado, Armando Ramalho e Senhor Deputado Miguel Barroso, ao longo deste mandato, vieram aqui inúmeras vezes falar de obras não concretizadas e estive, ao longo destes quatro anos, à espera de que os Senhores dissessem ao Executivo da Câmara Municipal que não tinham concretizado uma das bandeiras centrais da última campanha eleitoral e que foi a construção de um hotel, concretamente, no espaço onde pretendemos fazer a hasta pública. Quanto a esse aspeto, nenhum dos Senhores, em nenhum momento, teve uma palavra. Eu tiro as minhas conclusões, e todos aqueles que assistem a esta Assembleia Municipal, tirarão as suas conclusões, para mim são evidentes e não precisam de legenda.

Senhor Deputado, Armando Ramalho, quando as tragédias e as situações são críticas, é aí que devemos dizer de que fibra somos feitos e que capacidade temos para resolver as tragédias que se afiguram. E quando, em agosto de 2021, tomamos a iniciativa, ainda na oposição, de resolver esse problema, da vossa parte, vi zero, vi zero ação e vi zero concretização.

Senhor Deputado, João Ribeiro, a diferença entre o Senhor e eu, é que eu estive num incêndio a combater as chamas. O senhor foi a um incêndio para tirar fotografias, enquanto eu estive a defender os albicastrenses e o nosso território. O senhor esteve a fazer comentários e a tirar fotografias de um tronco de uma árvore, numa área ardida que já não oferecia risco para ninguém. A diferença entre nós, é que trabalhamos, em prol das populações e o Senhor trabalhou, em prol, da sua imagem.

Relativamente ao Plano que aqui refere, não pode ser testado. Só pode ser testado depois de ser publicado em Diário da República. O Senhor devia saber que não vamos testar um plano antes de ser apresentado e antes de estar aprovado.

Estamos neste momento, a trabalhar nesse sentido, mas devo-lhe dizer que uma coisa, é que este Serviço Municipal de Proteção Civil fez ao longo, deste mandato, um trabalho exemplar, com informação diária aos Senhores Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia, sobre aquilo que são as previsões do tempo e a forma como pode evoluir e colocar em risco o Concelho de Castelo Branco. Fez um trabalho exemplar no que diz respeito ao planeamento, um trabalho exemplar, no que diz respeito à articulação de meios. Infelizmente, nas reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil são poucos os que estão presentes e muitos os que estão ausentes, mas não foi por isso que deixámos de as fazer. Fizemos reuniões da Comissão Municipal de Proteção Civil que há muito tempo não se realizavam, envolvendo os Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e os diferentes Agentes de Proteção Civil, de modo, a planear e antecipar problemas. Muito obrigado.

Discussão e votação das Moções e Voto de Louvor

Moção

Apoio ao Executivo na realização do projeto do novo Hotel no Largo do Município

A Assembleia Municipal de Castelo Branco, na sua reunião do dia 28 de maio de 2025, aprovou a realização da Hasta Pública de Venda de Prédio Municipal, largo do Município em Castelo Branco

- Construção de Hotel 4 ou 5 estrelas, efetivando, não só uma promessa eleitoral sufragada pelos eleitores nas últimas eleições autárquicas, como uma legítima e antiga aspiração dos Albicastrenses, que permitirá melhorar as condições de desenvolvimento do Concelho.

Infelizmente, vários obstáculos têm sido levantados para a concretização deste projeto, incluindo duas providências cautelares por parte de quem não tem interesse em viabilizar este projeto, mas que, estamos certos de que nada conseguirá impedir este avanço para Castelo Branco.

Assim, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, em reunião de 08 de setembro de 2025, reitera o seu apoio a este projeto e expressa o seu apoio ao Executivo Municipal para a concretização, finalmente, das condições para a existência de uma nova unidade hoteleira de referência no centro da cidade.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, 2 votos contra do CHEGA, 12 abstenções do Sempre-MI, e 23 votos a favor, 18 do PS, 4 do PSD/CDS/PPM, 1 do MPT, aprovar a respetiva moção.

Declaração de voto

João Filipe Dias Ribeiro (CHEGA)

O Grupo Municipal do CHEGA, votou contra esta moção porque entendemos que é uma intromissão ao poder judicial, visto que quando votamos aqui na Assembleia a proposta de hasta pública, votámos a favor, por isso, é só uma questão de achamos que é uma interferência do poder judicial. Obrigado.

Voto de Louvor

A todas as pessoas, operacionais, entidades e instituições envolvidas no combate ao incêndio rural de 18 de agosto de 2025, com início em Piódão – Arganil e que atingiu o Concelho de Castelo Branco.

A Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida em sessão ordinária de 08 de setembro de 2025, não pode deixar de expressar o seu mais profundo reconhecimento e gratidão a todos aqueles que, de forma solidária, corajosa e incansável, estiveram na linha da frente do combate ao violento incêndio rural que teve início em Piódão, no Concelho de Arganil e, que alastrou o nosso Concelho no dia 18 de agosto de 2025.

Este incêndio, que causou preocupação, prejuízos e momentos de angústia, revelou, contudo, o melhor do espírito humano: a entreatada, a coragem e a determinação de todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para mitigar os seus efeitos.

A luta contra o fogo foi árdua e exaustiva, exigindo o esforço coletivo de centenas de operacionais e o apoio incansável de instituições públicas, privadas e da sociedade civil.

Muitos enfrentam riscos sérios, colocando o bem comum acima do interesse individual, num verdadeiro exemplo de cidadania, profissionalismo e solidariedade.

O incêndio deixou marcas no nosso território, mas revelou laços profundos de união, onde cada gesto, cada palavra de apoio e cada ação concreta fizeram a diferença.

Assim, e em nome de toda a população albicastrense, a Assembleia Municipal de Castelo Branco delibera, aprovar um Voto de Louvor a todas as pessoas, operacionais, entidades e instituições que se empenharam na resposta a este incêndio, com especial destaque para:

Entidades e Instituições:

. Corpo de Bombeiros de Castelo Branco, e todas as corporações de bombeiros do país que combateram este incêndio com bravura e determinação – os verdadeiros “Heróis do Incêndio”;

. Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), pelo acompanhamento permanente e incansável apoio logístico e estratégico;

- . Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castelo Branco, pela excelência na coordenação logística;
- . Comando Sub-Regional da Beira Baixa da ANEPC, pelo comandamento da operação e pela gestão eficaz de meios e recursos;
- . Força Especial de Proteção Civil, pelo apoio técnico especializado, combate e máquinas de rastos;
- . Polícia de Segurança Pública (PSP) de Castelo Branco, pelo apoio contínuo à população, em particular na assistência a passageiros ferroviários afetados;
- . Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), pelo empenhamento técnico e material;
- . Exército Português, pelo apoio no rescaldo e vigilância;
- . AFOCELCA, pelo esforço contínuo na disponibilização e operação de máquinas de rasto;
- . Massajo Unipessoal, Lda., pela garantia da operacionalização das máquinas de rasto ao serviço da Câmara Municipal de Castelo Branco;
- . Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Castelo Branco, pela assistência logística humanitária e apoio psicológico;
- . Cáritas Interparoquial de Castelo Branco, pelo apoio na confeção de refeições e empenho de voluntários e psicólogos;
- . Agrupamento 160 do Corpo Nacional de Escutas (CNE), pelo apoio logístico e confeccionamento de refeições;
- . VOST Portugal, pelo apoio à análise operacional no posto de comando de setor;

- . Seminário de São João José (Alcains), pela disponibilização de alojamento para os operacionais;
- . Agrupamento de Escolas José Sanches e S. Vicente da Beira, pela cedência de instalações e esforço incansável dos seus funcionários;
- . APPACDM de Castelo Branco, pela cedência da Psicóloga Eduarda Rodrigues e Coordenação do apoio Psicossocial;
- . Ovibeira – Associação de Produtores Agropecuários, pela organização da resposta alimentar aos animais;
- . Juntas de Freguesia afetadas, pela presença constante e apoio de proximidade;
- . Serviços Municipalizados de Castelo Branco, pela gestão criteriosa da água e apoio às operações de emergência;
- . Aeródromo Municipal de Castelo Branco, pelo apoio à operação dos meios aéreos;
- . E-Redes e Barata & Marcelino, pela rápida reposição da eletricidade e manutenção de fornecimentos, pela rápida reposição da eletricidade e manutenção de fornecimento críticos;
- . Municípios de Proença-a-Nova e da Sertã, pela cedência solidária das suas máquinas de rasto;
- . Todos os Serviços e Divisões do Municípios de Castelo Branco, que garantiram apoio, comunicação, abastecimento logístico e resposta multidisciplinar;
- . Empresas e entidades públicas e privadas que colaboraram de forma direta ou indireta;
- . Todos os Cidadãos e populares que se mobilizaram, colaboraram, ajudaram e protegeram o território e a comunidade.

Este Voto de Louvor é uma homenagem coletiva a todos os que, perante a adversidade, se uniram para proteger vidas, património e natureza.

Em momentos como este, comprova-se a força dos albicastrenses, “rijos como o granito” que mostram que verdadeiramente, “Todos Somos Proteção Civil”.

A Assembleia Municipal de Castelo Branco, reunida em nome do povo que representa, delibera aprovar, por unanimidade, este VOTO DE LOUVOR, que será dado a conhecer publicamente, como forma de reconhecimento, honra e gratidão.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido voto de louvor.

Voto de Pesar

A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar, bem como fazer 1 minuto de silêncio, acompanhado de um filme e fotografias, em memória, do 1.º Secretário da Mesa da Assembleia, Carlos Simão Martins Mingacho.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 1- Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município.

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 08/09/2025

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

a) e b) Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.

c) Situação financeira em 28/08/2025:

i) Saldo de Operações Orçamentais - €34 404 722,30

ii) Saldo de Operações Não Orçamentais - €2 338,19

iii) Valor em dívida - €1 254 763,41

iv) Outros:

- CMCB – Ver anexo I.

- SMCB – Ver anexo II.

d) Reclamações: Nada a assinalar.

e) Recursos hierárquicos – Nada a assinalar.

f) Processos judiciais em curso/ fase processual atual – Ver anexo III.

Presidente da Câmara Municipal

Já me referi à situação dos incêndios e a forma como estamos a trabalhar nesse sentido, faltou-me dizer que ardeu uma casa de primeira habitação na localidade do Casal da Serra. Estive presente juntamente com os bombeiros e os Agentes de Proteção Civil e é uma das situações que se prevê, a reparação ou reconstrução integral por parte daquilo que são os apoios ao Governo.

Estamos a concluir a intervenção do Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco, depois de um período longo de projeto pelo arquiteto Matteo, que neste momento, como dizia, está em conclusão.

Concluímos a intervenção na Avenida Ramalho Eanes, como já foi referido, as palmeiras estavam a ser atacadas pelo escaravelho, o que levou à substituição por novas. Aproveitámos esta intervenção para tomar algumas medidas de mitigação no que diz respeito à questão da água e da sustentabilidade, colocando alguns espaços com inertes e outros espaços com vegetação que deixou de ser regada por expressores e passou a ser regada por um modelo de rega gota a gota.

A intervenção na Rua de Santiago está praticamente concluída, o mesmo se passa com a Rua dos Combatentes da Grande Guerra e também com a Rua dos Bombeiros Voluntários. O parque de estacionamento que estamos a fazer na Avenida 1º. de Maio, portanto, entre a Avenida 1º. de Maio e a Rua de Santiago, está atrasado, relativamente, àquilo que era o seu planeamento inicial, já devia estar concluído, foram pedidas prorrogações, de modo, a poder ser feita essa intervenção.

Há bastante tempo que decorre uma intervenção entre a Rotunda da Europa e o cruzamento dos Escalos de Cima, que está, neste momento, com a colocação de betuminoso.

Quero também dizer que abrimos concurso para a requalificação de dois troços de estrada na Freguesia do Lourçal, há bastante tempo reivindicados, se assim, podemos dizer, e que já está a decorrer o concurso para essa mesma execução.

Já estão a decorrer as obras de requalificação da estrada de Monforte da Beira, nos próximos dias, também irão iniciar as obras na estrada municipal entre o cruzamento do Salgueiro do Campo para o Juncal do Campo e o Cemitério de Tinalhas.

Já temos o visto do Tribunal de Contas para uma intervenção na Freguesia de São Vicente da Beira, na estrada que atravessa a população, fazendo uma variante na direção da Zona Industrial.

Quanto à Estação de Tratamentos de Águas Residuais de Alameda também já começou a obra. Depois de termos feito uma obra inicial de ligação entre a povoação e essa mesma ETAR ou a nova ETAR, retirando as condutas de saneamento das propriedades privadas para a via pública, de modo, a evitar que haja problemas no futuro.

O prédio de habitação a renda acessível que a Senhora Deputada, Ana Lourenço diz que umas vezes anda e outras vezes não anda, está a desenvolver-se com a normalidade possível, uma obra desta dimensão e com este enquadramento, está a decorrer do meu ponto de vista, de uma forma razoável e de uma forma adequada.

O mesmo acontece com a obra da Escola de Chefs, que está a desenvolver-se a bom ritmo.

Quanto às obras da Unidade de Saúde Familiar, na Avenida Nuno Álvares, tiveram um contratempo importante que criou algumas dificuldades ao seu desenvolvimento, mas já sabíamos que fazia parte do Barrocal, a rocha que foi encontrada foi bastante difícil de remover, a empresa tem feito esse trabalho e penso que nos próximos dias, haverá condições para começar a colocar o betuminoso para lhe dar sequência.

Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras)

- Sendo esta a última Assembleia Municipal ordinária, deste mandato, é com sentido de responsabilidade e também de tristeza que venho aqui falar sobre a realidade da nossa Freguesia de Santo André das Tojeiras.

Infelizmente, os últimos quatro anos foram marcados por um claro retrocesso. Um tempo de ausência de investimento, ausência de compromisso, ausência de respeito institucional, por parte, do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Durante todo este mandato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, não realizou uma única visita oficial à nossa Freguesia para conhecer de perto os problemas que enfrentamos. Chegou a ser agendada uma visita, é verdade, mas nunca se concretizou.

E porquê? Porque o Senhor Presidente governa com base em critérios partidários, tratando de forma desigual, quem não partilha da sua visão política. Isto não é servir o Concelho, isto é, servir os interesses pessoais e partidários.

Permitam-me que apresente cinco exemplos concretos, desta falta de equidade e do desrespeito que sentimos.

Primeiro, o multibanco, na Freguesia vizinha de Sarzedas, a Câmara Municipal assegurou e pagou toda a instalação do multibanco, o mesmo aconteceu em outras freguesias. Em Santo André das Tojeiras, foi o próprio Presidente da Câmara que garantiu publicamente, no encontro com os nossos seniores, em 2023, que o multibanco estava a caminho. Iludiu-nos, nunca chegou a pagar, nem sequer quer ouvir falar do assunto, foi a Junta de Freguesia que teve que avançar sozinha, com esforço próprio.

É ou não um desrespeito para com a nossa população?

A destilaria está pronta há muito tempo, o equipamento licenciado, preçário aprovado e, no entanto, a destilaria continua fechada. Porquê? Porque parece que o Senhor Presidente da Câmara prefere travar projetos herdados de mandatos anteriores, apenas porque não foram iniciativas suas.

No dia 4 de novembro de 2023, no Vale da Pereira, afirmou que a Destilaria abriria em breve. Mais uma promessa vazia. Enganou a Junta de Freguesia e enganou a população.

Trator e bio triturador, mais uma vez, em 2023, no mesmo encontro com os seniores, o Senhor Presidente afirmou que o trator e o bio triturador seriam rapidamente entregues. Realizámos uma reunião na Câmara Municipal para tratar do assunto e mais uma vez este compromisso não foi cumprido. Ficámos novamente com palavras, só palavras.

Carrinha, vimos a Câmara Municipal distribuir carrinhas a várias Juntas de Freguesia e coletividades, para Santo André das Tojeiras, nada.

Unidade Local de Proteção Civil, somos a única Freguesia do Concelho e uma das poucas do Distrito que apresentou candidatura à criação de uma Unidade Local de Proteção Civil. O Regulamento foi aprovado em Assembleia de Freguesia e submetido à Comissão Municipal de Proteção Civil, já passou a Primavera, o Verão está quase no fim e nada. O que temos visto por parte da Câmara Municipal, uma ausência total.

A Junta de Freguesia foi ignorada, a população foi desconsiderada e quando se despreza a Junta de Freguesia, despreza-se toda uma Freguesia.

Por estes exemplos e muitos mais, que poderia dar, é claro que houve uma discriminação negativa para com a Freguesia de Santo André das Tojeiras.

Logo, Leopoldo Rodrigues não é o Presidente de todos os Albicastrenses.

Efetua-se o levantamento de promessas também feitas noutras freguesias, na generalidade, também não foram cumpridas.

É profundamente triste ver as necessidades reais das nossas populações, serem deixadas para trás por uma gestão municipal que revela ausência de visão, ausência de ambição e ausência de estratégia.

A política não pode ser feita à medida das conveniências pessoais ou partidárias.

A política local deve estar ao serviço das pessoas, de todas as pessoas.

Ana Sofia Santos Ramos Pereira (Presidente da União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Caféde)

Gostaria nesta minha intervenção de reforçar a importância das medidas que este Executivo aprovou no apoio às famílias, mais especificamente com o apoio na comparticipação de despesas com a frequência de creches e ensino pré-escolar até ao montante máximo de 150€ mensais e com a comparticipação do valor das refeições das crianças do pré-escolar e do 1º. ciclo.

Relativamente ao número de beneficiários do apoio à frequência das creches desde o início da sua aplicação, em 2022, foram num total de 504 beneficiários que se traduziu no montante pago de 459.162€.

Já relativamente ao apoio com o valor das refeições, o número de beneficiários, desde 2023, foram num total de 3825 beneficiários e que se traduziu num montante pago de 802.827€.

As candidaturas para o apoio às creches e às refeições estão a decorrer até ao dia 3 de outubro de 2025, é abrangente a toda a população, independentemente de as pessoas terem apoio já da Segurança Social, com os apoios familiares ou não.

Outro apoio importante para as famílias, neste caso, a população sénior, é sem dúvida a comparticipação dos medicamentos, destinado a pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, uma grande faixa etária da nossa população, da cidade de Castelo Branco e arredores.

Desta medida, beneficiaram, desde 2022, um total de 2133 beneficiários e que se traduziu num montante de 418.706 €.

Estas três medidas que apresentei aqui, requerem a realização de uma simples candidatura, um requerimento nos serviços administrativos, deste Município, por parte dos interessados.

Mas, existe uma outra medida de apoio às famílias e abrangente a todas as faixas etárias e classes sociais, que é feita de forma automática, através da devolução do IRS às famílias. Ao abrigo desta medida, já foi devolvido o montante de mais de 6 milhões de euros, desde a entrada em vigor, em 2022, verbas essas que apesar de constituírem uma receita do Município, estão a ser devolvidas às famílias, como forma de auxílio do seu próprio orçamento

As medidas aqui referidas, inserem-se num quadro mais vasto de medidas de manutenção e atração de população, nomeadamente, de jovens e quadros qualificados, como forma de garantir o desenvolvimento de Castelo Branco.

Grata pela vossa atenção.

Armando Lopes Carvalho (Sempre-MI)

Senhor Presidente da Câmara Municipal, estando em final de mandato, considero que estaríamos mais perto da realidade se, no âmbito, deste ponto, fosse apresentada a informação acerca da inatividade municipal e da incapacidade do Executivo Municipal Socialista em captar financiamento através dos fundos estruturais e de investimento.

De facto, como já referi nesta reunião, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no meu entendimento, não cumpriu com as promessas que tinha feito aos albicastrenses e como por diversas vezes o alertámos ao longo deste mandato, o Senhor Presidente não apresentou qualquer estratégia de desenvolvimento económico e sustentável para o nosso Concelho.

O Executivo Municipal não promoveu a coesão territorial do nosso Concelho. As Freguesias foram deixadas ao abandono, a sua maioria sem investimentos e sem uma política de coesão. Os poucos investimentos realizados nas freguesias, neste mandato, parecem ter sido determinados por uma política meramente partidária.

Não foi o Presidente de todos os Albicastrenses.

Das grandes bandeiras do Senhor Presidente, destacamos que apoiou o fim da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, prometeu a Vice-Presidência da CCDRC para Castelo Branco, prometeu que iria iniciar rapidamente a construção do edifício para alojar o Tribunal Central Administrativo, o que não aconteceu. Esta inércia poderá ser aproveitada por outros Municípios.

Julgado de Paz, outra promessa não concretizada ou anunciado.

Hospital privado, também já sabemos que não será uma realidade.

Um multibanco em cada Freguesia financiado pela Câmara Municipal, mais uma promessa não cumprida.

A Barragem do Barbaído, outra bandeira, da qual, nem o estudo promovido pelo Executivo se conhece.

As obras no IC25, depois de ter votado contra uma moção do Sempre Movimento Independente, que defendia esta estrada como perfil de autoestrada, apresentou-se na nossa cidade, juntamente com o Governo PS, prometendo que afinal, a mesma, iria ser construída neste perfil e assegurou, em conjunto com a Senhora Ministra da Coesão, que as obras se iriam iniciar no primeiro semestre de 2025.

Continuamos sem vislumbrar as obras prometidas.

Prometeu o investimento de 45 milhões na habitação, de acordo com o acordo de cooperação assinado com IHRU, prevê o financiamento através do PRR de boa parte deste investimento. Dos edifícios prometidos, apenas vislumbramos pouco mais do que as fundações de um.

Tem condições para acabar as obras até final do programa PRR?

Será este, mais um caso, em que o Município, perde fundos estruturais?

Senhor Presidente, de acordo com o infame Joseph Goebbels, uma mentira tem que ser repetida muitas vezes para se tornar uma realidade, mas estou convicto que bem pode pejar este relatório de informação, bem como, o nosso Concelho “com fizemos”, que não conseguirá iludir os albicastrenses.

Presidente da Câmara

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, estive presente no último domingo, penso que a título institucional, na sua Freguesia, no convívio dos idosos.

Estive presente em várias ocasiões e fui acompanhado por três ex-Presidentes da Câmara Municipal. Pergunto-lhe, convida sempre todos os ex-presidentes da Câmara Municipal para estarem presentes?

Relativamente à presença na sua Freguesia, estive diferentes vezes, convidado por instituições, outros convidados pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia e até tive a oportunidade de, espante-se, assinar um protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia numa arrecadação.

Repito, estive presente na Junta de Freguesia para assinar um protocolo de colaboração que teve lugar numa arrecadação e aí se nota bem, o respeito institucional que o Presidente da Junta de Freguesia deve ao Presidente da Câmara Municipal.

A Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, foi uma das Freguesias distinguida com a construção de um depósito para combate a incêndios. Está previsto na Freguesia de Santo André das Tojeiras, próximo ao local onde está o depósito a construção de um espaço para recolha de inertes e depois para a sua trituração, sendo que o Executivo Municipal comprou um bio triturador que não será utilizado apenas pela Freguesia de Santo André das Tojeiras, como o Senhor prometeu em 2013 ou em 2017, mas, sim, pela totalidade do Concelho de Castelo Branco.

De facto, a questão do trator, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, já tem barbas e já tem barbas brancas pelo tempo que passou entre esse compromisso e a sua não execução.

Quanto ao Senhor Deputado, Armando Ramalho, só não vê quem não quer.

Já aqui disse que não cumprimos tudo aquilo a que nos comprometemos, mas fizemos muito daquilo que não estava nos nossos compromissos.

E, digo de uma forma orgulhosa, fizemos um novo Centro de Saúde em Alcains que o Senhor ainda não viu.

- Estamos a fazer uma nova Unidade de Saúde Familiar.;

- Demos a cara por Alcains, quando os ânimos estavam exaltados, eu e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia para explicar às pessoas que projeto era aquele para o centro da vila.;

- Abrimos a Rua Luís de Camões;
- A resolução do problema da Oviger, em Alcains;
- Requalificação da Estrada da Mina e a requalificação da entrada centro da A23;
- Estamos a intervir no espaço entre a Rotunda da Europa e o cruzamento para o Escalos de Cima,
- Requalificação quase concluída da Escola dos Escalos de Baixo,
- Criámos um espaço para a sede da Associação dos Diabéticos;
- Estamos a fazer a Escola de Chefs;
- Requalificação do Centro de Interpretação Templária;
- Estamos a fazer a sede da Associação Académica no Largo da Praça Académica;
- O Centro das Associações nos Lentiscais;
- Compramos um terreno, fizemos o projeto e estamos a fazer o alargamento do cemitério dos Escalos de Cima;
- O alargamento do cemitério dos Maxiais;
- O alargamento do Cemitério da Paiágua;
- Intervenção no Centro Cívico de Castelo Branco;
- Fizemos instalações de apoio ao Bar de Almaceda;
- Assinatura de um contrato para a construção do Lar da Estrutura Residencial para Idosos no Louriçal do Campo.
- Apoíamos a Santa Casa da Misericórdia, com 250.000 € para as suas instalações.

- Apoio de 500.000€ para o Centro Social do Salgueiro do Campo.
- Transferimos para famílias, apoios desde o pagamento das creches, refeições, ao Pré-Escolar e 1º. Ciclo, Escola a Tempo Inteiro e devolução do IRS.
- Criámos o transporte a pedido ou transporte flexível que vai às aldeias mais afastadas;
- Reduzimos o preço do Passe Rodoviário em Castelo Branco para 10 €.
- Reduzimos de forma significativa o preço dos Passes das Freguesias Rurais para utilização no Concelho.
- Reforçámos aquilo que é a resposta de transportes no Concelho de Castelo Branco;
- Fizemos a intervenção na Rua de Santiago;
- Fomos falar com as populações que são servidas ou que foram servidas até há pouco tempo por um sistema local de abastecimento de água, nomeadamente, na Paiágua, mas também na Grade e na Paradanta, de modo, a ultrapassar essa dificuldade e as limitações das mesmas;
- Estamos a construir, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, uma ETAR numa localidade da sua freguesia;
- Fizemos Intervenções em muitos locais importantes e que diferenciam Castelo Branco;
- O Centro de Empresas Inovadoras na antiga Guarda Fiscal;
- Requalificamos o Bairro da Carpalha e o Bairro da Cruz do Montalvão;
- Requalificamos uma rua em Malpica do Tejo.

Há pouco falámos sobre os incêndios e sobre as consequências do mesmo e esqueci-me de perguntar ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras se o protocolo que celebrámos a propósito do incêndio do Carrascal já está em execução e se, portanto, já foram apoiadas pessoas.

Ponto 2 - Discussão e votação das propostas de “Acordos de Colaboração com as Juntas de Freguesia para Organização de Eventos”:

2.1. Junta de Freguesia de Malpica do Tejo. Festival José Afonso – 23 e 24 maio 2025 (Proposta n.º 50/2025).

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de €30.000,00, à Junta de Freguesia de Malpica, para comparticipação financeira do evento designado de “Festival José Afonso”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 2.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

2.2. Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Feira da Bica – 13 e 14 de setembro 2025 (Proposta n.º 51/2025).

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de €23.350,00, à Junta de Freguesia de Monforte da Beira para a comparticipação financeira do evento designado de “Feira da Bica”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 3.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

2.3. Junta de Freguesia de Castelo Branco. Realização de Eventos (Proposta n.º 52/2025).

- Albicestríadas/Montra do Desporto Albicastrense (24, 25 e 31 de maio);
- Prémio Internacional de Poesia António Salvado/Cidade de Castelo Branco – Roiz IV/Jornadas de Música e Poesia (19 e 20 de julho);
- Downhill Urbano de Castelo Branco/Edição 2025 (9 e 10 de agosto);
- Concurso do Vestido de Chita (30 de agosto);
- Dias dos Sinos (8 de novembro); e FESTTI – Festival de Teatro Para Todas as Idades (Mês de Novembro)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de €40.750,00, à Junta de Freguesia de Castelo Branco para a comparticipação financeira dos vários eventos referidos.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 4.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

2.4. Junta de Freguesia de Monforte da Beira. Festas em Honra de São João Batista – 23 e 24 junho (Proposta n.º 53/2025).

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de € 4.533,24, para suportar a comparticipação do evento designado de “Festas de S. João Batista”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 5.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 3 - Cidade de Praia – Cabo Verde. Celebração de Acordo de Geminção (Proposta n.º 54/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o acordo de geminação entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Cidade de Praia, Cabo Verde.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 6.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA DA SESSÃO

Ponto 4 - Discussão e votação das propostas de “Acordos de Colaboração com as Juntas de Freguesia”:

4.1. Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras. XXI Convívio de Jovens com 65 anos e mais. (Proposta n.º. 55/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de €10.500,00, à Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, para comparticipação financeira do evento “XXI Convívio de Jovens com 65 anos e mais”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 7.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

4.2. Junta de Freguesia de Lardosa. Feira do Feijão Frade – Edição 2025. (Proposta nº. 56/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o apoio de €95.000,00, à Junta de Freguesia de Lardosa para a comparticipação financeira do evento “Feira do Feijão Frade – Edição 2025”.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 8.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

PEDIDO DE INCLUSÃO À CONVOCATÓRIA

Presidente da Assembleia Municipal

Foi solicitado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, nesta data (5 de setembro) o pedido de inclusão das propostas números 57/2025 e 58/2025, para serem deliberadas pela Assembleia Municipal.

1. O solicitado não cumpre o estipulado no nº 5 do artº 42 do Regimento – que refere que “A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a data do início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.”

2. O assunto poderá ser deliberado pela Assembleia Municipal se for cumprido o nº. 2 do Art.º 50º. da Lei Nº. 75/2013, de 12/9 que estatui o seguinte “Tratando-se de sessão ordinária de órgão deliberativo, e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros, pode o mesmo deliberar sobre assuntos não incluídos na ordem do dia”.

3. Tendo em conta o exposto, será previamente colocada à consideração da Assembleia Municipal a inclusão das propostas.

Posto à votação e não havendo oposição por parte da Assembleia Municipal, foram incluídos os Pontos 5 e 6 ao Período da Ordem do Dia para discussão e votação.

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Geminação com a Cidade de Nsok Nsomo – Guiné Equatorial”. (Proposta nº. 57/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Acordo de Geminação entre a Câmara Municipal de Castelo Branco e a Cidade de Nsok Nsomo – Guiné Equatorial.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 9.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Ponto 6 - Discussão e votação da proposta de “Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castelo Branco”. (Proposta 58/2025)

Votação

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo, Pedro João Serra e os restantes votos a favor, aprovar o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Castelo Branco.

Estes documentos são dados como reproduzidos e ficam a fazer parte integrante desta ata identificados como doc. n.º 10.

Neste ponto, a minuta da ata, foi aprovada, por unanimidade.

Pedro João Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)

Declaração de Voto

O meu voto de abstenção é por uma razão simples. É meramente, impossível, avaliar um documento deste tamanho, num sábado e domingo para estar aqui hoje, numa Assembleia Municipal.

Portanto, não me oponho em nada, li parte do documento, cheguei à folha 170, mas é difícil estar aqui a votar a favor porque não conheço o Plano na sua totalidade, e, por outro lado, também não quero estar contra um Plano que é importante para o Município de Castelo Branco e para as Freguesias.

Portanto, a minha abstenção tem a ver com isso, não tive tempo disponível para ler um documento tão extenso.

Presidente da Assembleia Municipal

Informo a Assembleia que este assunto, foi aprovado, na reunião de Câmara, na passada, sexta-feira, e como era uma situação de urgência, a Câmara Municipal achou que era importante trazer aqui para deliberação; tanto mais, que acresce que esta é a última reunião ordinária, deste mandato e, portanto, havia necessidade de ser aqui trazido, até porque não sabemos, se eventualmente, poderá ou não haver uma reunião ainda extraordinária neste mandato.

III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se registaram intervenções do Público.

CONCLUSÃO DA ATA

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 12 horas e 45 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.



O Presidente da Assembleia Municipal,

A Secretária,
